

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE ARQUIVOLOGIA

CARLOS HENRIQUE ARMANI NERY

**REFLEXÕES ACERCA DO PENSAMENTO COMPLEXO E SUA
RELAÇÃO COM O CONHECIMENTO DA ARQUIVOLOGIA**

Porto Alegre

2012

CARLOS HENRIQUE ARMANI NERY

**REFLEXÕES ACERCA DO PENSAMENTO COMPLEXO E SUA
RELAÇÃO COM O CONHECIMENTO DA ARQUIVOLOGIA**

Monografia desenvolvida como pré-requisito para a conclusão da atividade Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada para obtenção do Título de Bacharel em Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Jose Morigi

Porto Alegre

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Prof^a. Dr^a. Regina Helena Van Der Lan

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Mielniczuk de Moura

Chefe Substituta: Prof^a. Dr^a. Sônia Elisa Caregnato

COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA

Coordenadora: Prof^a. M^a. Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Vice-Coodenador: Prof. Esp. Jorge Eduardo Enriquez Vivar

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N456r Nery, Carlos Henrique Armani

Reflexões acerca do pensamento complexo e sua relação com o conhecimento da Arquivologia / Carlos Henrique Armani Nery ; Prof. Dr. Valdir José Morigi [orientador]. – Porto Alegre, 2012.

68 f.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Arquivologia, Porto Alegre, 2012.

1. Arquivologia. 2. Informação. 3. Conhecimento arquivístico. 4. Complexidade. I. Valdir José Morigi, . II. Título.

CDU 930.25

Bibliotecária responsável: Andréa Fontoura da Silva CRB 10/1416

Departamento de Ciências da Informação

Rua Ramiro Barcelos, 2705, Campus Saúde, Bairro Santana

Porto Alegre/RS – CEP: 90.035-007

Tel.: (51) 3308.5067

Fax: (51) 3308.5435

CARLOS HENRIQUE ARMANI NERY

**REFLEXÕES ACERCA DO PENSAMENTO COMPLEXO E SUA
RELAÇÃO COM O CONHECIMENTO DA ARQUIVOLOGIA**

Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Valdir Jose Morigi – UFRGS/DCI
Orientador

Prof^a. Dra. Maria do Rocio Fontoura Teixeira – UFRGS/DCI
Examinadora

Prof. Dra. Lizete Dias de Oliveira – UFRGS – DCI
Examinadora

Porto Alegre, 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Aos meus pais, por quem tenho profunda admiração e respeito, os quais sempre me deram suporte, carinho, amizade e amor, participando, preponderantemente, na construção de minha identidade. Sem eles, certamente, eu não conseguiria chegar tão longe. É uma honra poder tê-los presentes em minha vida.

À Janaina por escolher o nosso amor, preservando sua singularidade e sendo uma esposa tão maravilhosa, compartilhando sonhos comigo, me surpreendendo a cada dia, colorindo a minha vida e me ensinando tanto... Agradeço por cada sorriso, cada olhar, cada piadinha e cada momento difícil dividido. Agradeço por ela me fazer querer amá-la cada vez mais.

Aos meus familiares, que tenho muito orgulho e que são muito importantes para mim. Agradeço por seu carinho, fidelidade e amor. Agradeço ao Ricardo pelo carinho e paciência ao ler, opinar e me ajudar nas dúvidas provenientes deste trabalho.

À equipe do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, que me acolheu de forma tão amável e sempre me apoiou em meu percurso profissional e acadêmico. Deixo um agradecimento especial à Elizabeth que foi chefe e amiga, que me deu tanta força e transformou obstáculos intransponíveis em galgáveis.

Aos meus amigos e aos meus colegas pela receptividade e amizade.

Aos professores, por sua dedicação, pelas exigências, pelos ensinamentos e pela compreensão. Sempre lembrarei de cada um...

À UFRGS pelo suporte, pelo amparo e pela atenção.

E, por fim, mas, especialmente, ao Professor Valdir Morigi, por todo carinho, respeito e dedicação a minha pessoa e a este trabalho. Por ele tenho grande respeito e o levarei como exemplo a ser seguido em minha caminhada.

“Não há nada mais fácil do que explicar uma coisa difícil a partir de premissas simples admitidas ao mesmo tempo pelo locutor e o ouvinte, nada mais simples do que perseguir um raciocínio sutil por vias comportando as mesmas engrenagens e os mesmos sistemas de sinais. Mas nada mais difícil do que modificar o conceito angular, a ideia maciça e elementar que sustém todo o edifício intelectual”.

(Edgar Morin)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão acerca do pensamento complexo e sua relação com o conhecimento da Arquivologia. Para tanto, abarcando um cunho qualitativo, foi feita uma revisão de literatura que, em um primeiro momento, deteve-se à Psicologia Social para efetuar uma prospecção sobre a constituição dos saberes e a elaboração de visões de mundo. Após, amparando-se na Teoria do Conhecimento e na Epistemologia, foram averiguadas algumas correntes de pensamento que indagaram, ao longo dos tempos, sobre a origem e a estruturação do saber, tanto sob o aspecto mais geral como científico. Então, partiu-se do estudo da teoria da complexidade, a fim de identificar as ideias e os princípios envolvidos no pensamento complexo. Nessa perspectiva, dando continuidade a busca do objetivo deste trabalho, examinou-se o conhecimento arquivístico, visando reconhecer suas bases epistemológicas e os paradigmas existentes nessa área. Por fim, foi feito um entrelaçamento da teoria da complexidade com teoria arquivística, com o propósito de detectar a multidimensionalidade, a complementaridade e a flexibilidade no sistema de conhecimento da Arquivologia.

Palavras-chave: Arquivologia. Informação. Conhecimento Arquivístico. Complexidade.

ABSTRACT

This work aims to reflect about complex thinking and its relationship to the knowledge of Archivology. Therefore, we performed a literature review in terms of qualitative character that started from Social Psychology to conduct a survey regarding the constitution of knowledge and the elaboration of worldviews. Hereupon, relying on the Theory of Knowledge and Epistemology, some schools of thought were investigated, which have enquired about the origin and structure of knowledge over the time, both in general and scientific aspects. Thus, we started with the study of complexity theory in order to identify the ideas and principles involved in complex thinking. From this perspective, continuing the pursuit of the goal of this study, we examined the archival knowledge with the purpose of recognize its epistemological foundations and the existing paradigms in this area. Finally, it was made an intertwining of Complexity Theory with Archival Theory, in order to detect multidimensionality, complementarity and flexibility in the system of Archivology knowledge.

Keywords: Archivology. Information. Archival Knowledge. Complexity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ENTRELACANDO PERSPECTIVAS.....	11
2.1 A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL	11
2.2 A TEORIA DO CONHECIMENTO	16
2.3 A EPISTEMOLOGIA	22
3 A TEORIA DA COMPLEXIDADE	28
3.1 A COMPLEXIDADE.....	28
3.2 O PENSAMENTO COMPLEXO	32
4 O CONHECIMENTO DA ARQUIVOLOGIA	37
4.1 A FORMAÇÃO DO SABER ARQUIVÍSTICO.....	37
4.2 OS PRINCIPAIS PARADIGMAS DA ARQUIVOLOGIA	50
5 A ARQUIVOLOGIA E O PENSAMENTO COMPLEXO	53
5.1 A COMPLEXIDADE NA ARQUIVOLOGIA	55
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	66

1 INTRODUÇÃO

Considerando-se a constante busca humana pelo saber, observa-se que, com o passar dos anos, no mundo, estudos em geral, como, por exemplo, os de cunho científico (em todas as áreas científicas), trouxeram diversas definições, entre as quais, muitas, ancoramos em nosso sistema de conhecimento como verdades absolutas. Essas investigações, as quais, frequentemente, primam por expulsar a incerteza das teorias e cultuar a racionalização e a ordem, foram se desenvolvendo em partes divididas e sem elos significativos entre si, além de muito especializadas.

Nessa perspectiva, denomina-se paradigma simplificador o conjunto de ideias, teorias e pressupostos que tende à disjunção e à redução dos fenômenos para explicar uma realidade. Tal modo simplificador de abstrair traz consigo efeitos nocivos que impedem a humanidade de enxergar a sua identidade complexa. Dessa maneira, em contraposição ao paradigma redutor, que tende a estruturar seu sistema de conhecimento de modo seletivo, lógico e linear, eclodiu o pensamento complexo, o qual busca uma perspectiva mais abrangente, uma visão de mundo que, para além das partes, consegue perceber o todo nas relações entre o mundo, a sociedade e o homem.

Os preceitos do pensamento complexo remetem a indagação que fundamenta a ideia desta de pesquisa: a ótica da complexidade está presente na Arquivologia? De que forma? Atualmente, nota-se que esse campo do conhecimento tem se limitado ao âmbito técnico, ficando, muitas vezes, preso ao conceito de suporte e reduzindo a assimilação da informação a uma lógica de comunicação (onde basta haver um emissor, uma mensagem a ser transmitida e um receptor para haver a relação informação-conhecimento). Bem como, nesse sentido, parece que a Arquivologia é entendida apenas como uma prática, sem estar interligada às ciências da informação.

Dessa forma, no sentido de prospecção de novas ideias, percebe-se que a conjuntura atual da sociedade apresenta premência, por parte dos arquivistas, de abstrações descontextualizadas, subjetivas, que conduzam a novas perspectivas e à compreensão da Arquivologia por um viés complexo, complementar e multidimensional.

O pensamento complexo é norteado por uma visão de mundo baseada na complementaridade e interligação das partes que compõem um todo. Deste modo, tal conceito refere-se à construção de um ponto de vista, o que implica na aquisição de conhecimentos. Nesse enlace, eis que podem surgir as dúvidas: o que significa, mais especificamente, uma visão de mundo? Como ocorre a sua construção? Qual a sua relação com o conhecimento?

Nossas visões de mundo são sempre compartilhadas? O conhecimento científico não esclarece os fenômenos existentes na natureza, na vida e no mundo para sanar as dúvidas humanas e explicar tais fenômenos? Então, a partir destas indagações não há uma interligação contínua entre as partes que nos leva a conhecer algo e formular uma visão de mundo segura da realidade? E, por fim, o que isso tudo tem a ver com a Arquivologia?

Este trabalho busca refletir sobre o conhecimento da Arquivologia e sua conexão com a complexidade, por isso, consideramos oportuno, no intuito de melhor compreendermos a essência do pensamento complexo, efetuarmos uma breve análise epistemológica do conhecimento, bem como, sua abordagem científica, o que, cremos, iniciará a discussão sobre as questões acima mencionadas e procurará desenvolvê-las no decorrer desta pesquisa. Posteriormente, procuraremos, também, relacionar a construção do conhecimento arquivístico aos fundamentos do paradigma da complexidade. Então, na busca desses objetivos, nos aproximaremos, inicialmente, de duas áreas que teorizam acerca da estruturação dos saberes: a Psicologia Social e a Filosofia. Esta subdivida em Teoria do Conhecimento e Epistemologia.

2 ENTRELAÇANDO PERSPECTIVAS

O que veremos a seguir é o entrelaçamento e a contribuição de algumas perspectivas teóricas que nos ajudam a refletir sobre o tema proposto.

2.1 A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA SOCIAL

Serge Moscovici, com base na teoria “mista” (por abranger conceitos sociológicos e psicológicos centrados no conceito de representação), formulada por Durkheim, foi o primeiro a introduzir o conceito de representações sociais na psicologia social contemporânea. Ao examinar os contextos do conceito de representação, Moscovici insistiu no reconhecimento das representações sociais como uma forma característica de conhecimento na atualidade e percebeu que havia um elo entre a psicologia social e a constituição do saber. O enfoque desse cientista¹ *apud* Moscovici (2003, p.8) fica expresso em suas palavras:

Há numerosas ciências que estudam a maneira como as pessoas tratam, distribuem e representam o conhecimento. Mas o estudo de como, e por que, as pessoas partilham o conhecimento e desse modo constituem sua realidade comum, de como eles transformam ideias em prática – numa palavra, o poder das ideias – é o problema específico da psicologia social.

Portanto, a psicologia social, ao explorar o processo de constituição dos saberes analisa as representações sociais, adentrando em um tema que apresenta grande relevância a este estudo, denominado por Moscovici (2003, p.9) como “uma psicologia social do conhecimento”, esta interessada, segundo o mesmo autor, “[...] nos processos através dos quais o conhecimento é gerado, transformado e projetado no mundo social”.

Conforme Moscovici² *apud* Baptista (1996, p.2), as representações, mais do que um simples mediador entre estímulo e resposta, são consideradas variáveis independentes que originam tanto as respostas comportamentais, como a forma como são percebidos os estímulos. Nessa perspectiva, Vala³ *apud* Baptista (1996, p.2) afirma que a representação é entendida como “[...] construção de um objeto e expressão de um sujeito”. Por conseguinte,

¹ Social psychology and developmental psychology: extending the conversion. In: DUVEEN, G. & LLOYD, B. (eds.). *Social Representations and the development of Knowledge*, p. 164-185. Cambridge: Cambridge University Press.

² MOSCOVICI, SERGE; HEWSTONE, M., “*De La Science Au Sens Commun*”. *Psicologie Sociale*: S. Moscovici (ED). Paris, PUF, 1984, p. 62.

³ VALA, J. *Representações Sociais – Para uma Psicologia Social do Pensamento Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 354.

percebe-se que a representação é um norteador para o sentido das opiniões, tanto individual como socialmente, além de participar do processo de construção do conhecimento. Mas de que forma isso ocorre?

Segundo a teoria das representações sociais, existem dois principais processos sociocognitivos que formulam as representações e que sua compreensão é mister para o ponto aonde queremos chegar. Trata-se, segundo Moscovici (1984), da “objetivação e ancoragem”, a objetivação, conforme esclarece Baptista (1996, p.5):

[...] consiste no processo de formação de um todo coerente através da seleção e da descontextualização do objecto, seguindo-se um momento de esquematização estruturante que tem como objectivo constituir um ‘esquema’ ou ‘nó figurativo’ que permita organizar num padrão de relações estruturadas os principais elementos do objecto de representação.

Assim, através da objetivação, o indivíduo escolhe o elemento, o retira de seu contexto e o atribui um sentido, para gerar nexos sobre determinado ponto de vista. Já, pela ancoragem, agregam-se novas informações ao conhecimento já adquirido, afirmando-o, ou, transformando-o. Quando a representação, resultante da interação interpessoal, é partilhada por um grupo de indivíduos, formulando um conjunto de explicações, crenças e ideias, denomina-se representação social.

Deste modo, Moscovici (2003, p.08) ressalta o papel da comunicação junto às representações sociais na constituição do conhecimento e argumenta que as representações sociais podem vir a tornar-se senso comum:

Elas entram para o mundo comum e cotidiano em que nós habitamos e discutimos com nossos amigos e colegas e circulam na mídia que lemos e olhamos. Em síntese, as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros.

Do mesmo modo, Jovchelovitch (2008, p.177) esclarece sobre o papel da comunicação, nesse contexto:

A comunicação e interação são o ‘como’ dos processos representacionais; as representações são sempre produzidas na ação comunicativa e a análise da comunicação é central para definir as modalidades de representação e a forma e funções de um sistema de conhecimento.

Desta maneira, percebe-se que a elaboração da forma representacional possui três elementos que se inter-relacionam: o Eu, o Outro e o Objeto. Ou seja, tais elementos referem-se ao modo como Eu (a pessoa que representa) entendo determinado Objeto, o que o próprio Objeto significa e como o Outro (nossos semelhantes) compreendem tal objeto. Nessa perspectiva, Jovchelovitch (2008, p.170), argumenta:

A análise da forma representacional mostra que sua arquitetura se fundamenta em tríades inter-subjetivas (Eu-Outro-Objeto) cuja realização na vida social fornece a textura e a forma para a construção de comunidades e representações. Estas tríades constituem em sua forma mais elementar contextos de saber [...]

Complementando sua linha de pensamento, Jovchelovitch (2008, p.170) prossegue afirmando que: “Se as relações Eu-Outro-Objeto constituem a arquitetura da representação e da comunidade, é a representação que constitui a arquitetura de todo o saber”.

Sendo assim, as representações sociais aliadas à linguagem e ao processo comunicacional são indispensáveis à elaboração do conhecimento. Por esse ângulo, Jovchelovitch (2008, p.170) afirma que “A representação, a linguagem e a comunicação são o único caminho que temos para chegar ao conhecimento.” Ou seja, “[...] o conhecimento nunca é uma simples descrição ou uma cópia do estado de coisas. Ao contrário, é sempre produzido através da interação e comunicação e sua expressão está sempre ligada aos interesses humanos que estão implicados” (MOSCOVICI, 2003, p.8-9). Por conseguinte, a união dos saberes adquiridos durante a vida do indivíduo, como, por exemplo, os de caráter empírico e científico, formam um sistema de conhecimento.

Ao discorrermos sobre o conceito de sistema de conhecimento, convém sublinharmos que não se trata de algo rígido, pois a explanação feita até aqui não se traduz como, grosso modo, uma “receita de bolo” que conduz ao conhecimento. Ao contrário, o conhecimento é flexível e possui uma variabilidade que Jovchelovitch (2004, p.20), discute em seu artigo “Psicologia social, saber, comunidade e cultura” acerca do “[...] problema da variabilidade do saber e de como esta variabilidade se expressa sócio-historicamente”. Para tanto, Jovchelovitch (2004, p.20) utiliza o conceito de polifasia cognitiva (MOSCOVICI, 1976): “[...] refere-se a um estado em que registros lógicos diferenciados inseridos em modalidades diferentes de saber coexistem em um mesmo indivíduo, grupo social ou comunidade.” Portanto, o conhecimento deve ser compreendido de forma integrada e ambivalente, considerando os indivíduos, a sociedade e as representações.

Pois bem, uma vez que a representação participa no processo de produção conhecimento, levando-se em conta o “Modelo Toblerone” (BAUER e GASKELL ⁴*apud* JOVCHELOVITCH), que tem como eixo a representação, ligando ao seu redor o objeto aos sujeitos através da ação comunicativa e, por conseguinte, a linguagem e a interação social. Então, nesse sentido, caracteriza-se “objeto-mundo” quando os indivíduos representam em seu conhecimento, de modo “virtual”, o mundo e suas conexões com os seres humanos e com a vida em geral. Tal expressão utilizada por Piaget e Winnicott e que, por isso, é definido por Jovchelovitch (2004, p.22) como: “[...] tudo aquilo que existe para as pessoas, incluindo o próprio Eu, o Outro, objetos físicos e artefatos culturais, saberes acumulados, em fim, a tudo que constitui o existente”.

Desse modo, tal significação atribuída ao “objeto-mundo”, levando-se em conta o contexto biopsicossocial humano, relacionado intrinsecamente aos conhecimentos adquiridos, traduz-se no que pode ser definido como uma visão de mundo. A perspectiva de Jovchelovitch (2008, p.170-171) sobre a relação existente entre os processos representacionais e a construção de uma visão de mundo é apresentada da seguinte maneira:

Nosso conhecimento de mundo depende de processos representacionais; como estruturas mediadoras ligando o mundo dos sujeitos ao mundo dos objetos. Eles definem profundamente a estrutura dos saberes. Daí o próprio mundo: ele está no mundo. Sistemas de saber são propostas de mundo – literalmente, representações - cujos processos de construção necessitamos entender e interpretar se quisermos compreender sua complexidade e variabilidade na vida social.

Como dito anteriormente, a comunicação é componente solene no desenvolvimento da representação que influencia na construção do conhecimento, logo, influencia, também, na elaboração das visões de mundo. Assim, os padrões de comunicação horizontais, onde os elementos coexistem, e verticais, quando um elemento exclui o outro, indicam, na relação comunicação-conhecimento, a existência de diálogos simétricos, que envolvem alternância e reconhecimento de perspectivas, e assimétricos, quando implicam na imposição de uma voz sobre a outra. Desta maneira, Jovchelovitch (2008, p.178) explana acerca da influência dos padrões de comunicação e da forma dos diálogos, “Eu e Outro”, na produção do conhecimento:

⁴ BAUER, M.W. & GASKELL, G. Towards a paradigm for research on social representations. Journal for the Theory of Social Behaviour, 1999.

Padrões de comunicação horizontais e verticais constituem formas prototípicas na análise das interações Eu e Outro. De fato, a pirâmide constitui uma metáfora arquitetônica clássica para descrever os contextos intersubjetivos construídos pela assimetria e transmissão unidirecional do saber. Padrões de comunicação marcados pela assimetria tendem a ser associados à coerção social e modalidades de representação que ‘fecham’ o conhecimento.

A pirâmide que Jovchelovitch cita é a que retrata a ligação entre três pontos: o Eu, o Outro e o Objeto. A importância desta associação com o processo comunicacional influencia diretamente na formação do saber, podendo produzir sistemas de conhecimento fechados ou abertos, o que implica em uma visão de mundo que, cremos, pode ser, também, considerada como uma percepção de mundo “fechada” ou “aberta”. Por esse ângulo, vejamos a contextualização de Jovchelovitch (2008 p. 183):

A simetria no diálogo entre Eu e Outro, em que a perspectiva e a posição dos interlocutores são reconhecidas pelos parceiros em interação, está associada à cooperação, que tende a produzir modalidades de representação que ‘abrem’ a estrutura do conhecimento, gerando consciência de diferenças e alternativas. Representações sociais e ciência constituem sistemas de conhecimento deste tipo; no caso das representações sociais porque é uma forma de senso comum construída por diferentes modalidades de saber, mescladas e combinadas em campos representacionais polifásicos; e no caso da ciência porque está consciente de suas próprias lacunas e se fundamenta na dúvida e na verificação para estabelecer seu conteúdo proposicional.

Assim, podemos considerar a ideologia, por exemplo, um sistema de conhecimento “*fechado*”, porque seus preceitos se fundamentam na assimetria, e considerar a ciência (ou pelo menos os preceitos que deveriam fundamentá-la), por outro lado, um sistema de saber “*aberto*” porque se baseia na verificação das dúvidas e não apenas em aceitação de respostas simplificadas. Isso implica, conseqüentemente, em que uma forma de conhecimento produzida com base, essencialmente na ideologia apresenta uma visão de mundo mais fechada que o saber concebido através dos fundamentos da ciência, por exemplo, (sem considerar, é claro, que esta seja detentora da verdade).

O método de conhecer, ou seja, saber como chegamos ao conhecimento, foi constantemente indagado desde a época de Platão, até os dias atuais. Nesse processo, houve a formação de diversas correntes de pensamento, como, por exemplo, o idealismo, o realismo, o racionalismo, o empirismo e o pragmatismo. Ocorre que muitas vezes essas formas de saber deslocam o objeto de seus contextos ontológico, psicológico, histórico, cultural e social. Portanto, no próximo tópico deste trabalho será feita uma prospecção das principais correntes

de pensamento desenvolvidas ao longo da história e buscaremos relacioná-las à complexidade, e, após, identificá-las no conhecimento arquivístico, primando por um “pensar reconstrutivo” (FREIRE, 1990).

2.2 A TEORIA DO CONHECIMENTO

A Teoria do Conhecimento, assim como a Epistemologia, pela força de seu conteúdo contribui para uma visão interdisciplinar, porém, esta é mais próxima do conhecimento científico, enquanto aquela estuda conceitos mais gerais acerca do saber. A Teoria do Conhecimento apresenta os problemas encontrados na constante busca humana pelo conhecer, nesse sentido, evidencia-se que as diferentes escolas de pensamento questionaram as origens do conhecimento, preocuparam-se em alcançar a realidade, em atingir a verdade e em entender a relação sujeito-objeto. Portanto, uma breve análise das principais correntes de pensamento contribuirá para o objetivo deste trabalho.

Platão, representante do idealismo, acreditava que era possível elevar o conhecimento até a última instância, onde se encontraria a verdade para todas as explicações, onde se desvendaria a realidade, ou seja, a forma ideal. Esse pensador defendia que o ser, o conhecer e o agir estariam ligados entre si e representariam a forma ideal que poderia ser atingida gradativamente de pontos inferiores até os superiores. Interessante notarmos que, por essa concepção, o conhecimento prático e o teórico são vistos sob uma ótica de cooperação para se chegar ao último estágio, o ideal.

Para Platão as ideias são absolutas e imateriais, por isso não podem ser experimentadas ou sentidas. O idealismo platônico defende que a alma contempla as ideias e que estas podem ser conhecidas através da recordação, ou seja, há um dualismo corpo/alma, onde o corpo é insipiente e a alma cognoscente, sendo que para saber a alma que ocupa determinado corpo precisa recordar (por meio dos “graus do conhecimento”) as ideias, que são imutáveis e absolutas.

Platão criticava a concepção de conhecimento dos sofistas (séc. V a.C.), os quais ensinavam filosofia, enfatizando a prática dos discursos – cabe observarmos que entre os sofistas também não havia um culto à fragmentação do saber, pois eles visavam instruir os jovens com saberes de diversas áreas, mesclando entre o que consideravam artes e ciências – sua crítica é que a retórica contemplada entre os sofistas levava-os a um conhecimento distante da verdade, uma vez que as opiniões individuais dos sofistas poderiam camuflar a verdade, desde que fossem persuasivas.

Platão também não concordava com Protágoras (480-410 a.C) que era adepto ao relativismo, onde o conhecimento é variável conforme o ambiente e a sensação de cada pessoa. Nessa perspectiva, a verdade seria aquilo que parece ser e, portanto a verdade seria flexível e relativa. Essas ideias vão de encontro ao pensamento de Platão, que reconhece a variabilidade dos pontos de vista e das sensações e, por isso, crê que eles não podem levar ao conhecimento, afinal de contas, como se pode conhecer a verdade se ela nunca é estável? Nesse sentido, a afirmativa aristotélica concorda com platoniana: como algo pode ser e não ser ao mesmo tempo?

Tanto Aristóteles como Platão criticam o ceticismo radical de Górgias (483-375 a.C) que não acredita em nenhuma forma de conhecimento e de comunicação. Portanto, segundo Araújo (2012, p.5): “Abrem-se duas linhas na Teoria do Conhecimento: a do relativismo e do ceticismo de um lado, e a do idealismo e do realismo de outro”. Ao separar o que é sensível do que é inteligível Platão abre espaço para a gradativa substituição da contemplação das ideias em favor da experiência sensível, pensada inicialmente por Aristóteles.

Antes de falarmos sobre a contribuição de Aristóteles na Teoria do Conhecimento, torna-se oportuno sublinharmos que o conhecimento, até agora, foi buscado tanto por uma lógica excludente (ou é ou não é), de um lado as sensações, a busca pelo conhecimento e a utilização da linguagem e de outro a teorização em busca da verdade absoluta, entretanto, não havia uma interação entre as duas linhas de pensamento, pois uma excluía a outra.

Aristóteles (384-322 a.C), rejeita o idealismo e o materialismo para formular um conjunto de ideias que ficou conhecido como realismo. Este pensador crê que a falha dos filósofos antecessores foi buscar a causa geral de todos os seres. Aristóteles procura provar que as ideias não residem em um mundo arbitrário, para esse filósofo o conhecimento que temos do mundo depende da relação deste com aquilo que podemos sentir, e o intelecto responderia pela causa da existência do ser e do conhecer. Desta forma, Araújo (2012, p.15) faz uma comparação interessante entre Aristóteles e Platão:

Tal como para Platão, para Aristóteles a ciência pergunta pelo mais geral, pelo universal, pelas razões necessárias. Mas, enquanto Platão postulou que o universal são as ideias, para Aristóteles os seres que se pode conhecer são individuais. Como fazer ciência sobre o que é individual e singular, sabendo que eles existem em número infinito?

Aristóteles cogitava que o primeiro degrau do conhecimento corresponderia às experiências sensíveis, o segundo degrau às artes úteis e práticas e a essência (o porquê) seria o terceiro degrau do conhecimento, este último era considerado por Aristóteles imprescindível

para que houvesse ciência. Interessante notarmos que nessa caminhada gradativa ao conhecimento Aristóteles formulou uma espécie de “hierarquia do saber”, principalmente entre o conhecimento prático e o conhecimento teórico, como é exposto em Araújo (2012, p.16):

[...] o empírico parece ser mais sábio que o ente que possui uma sensação qualquer, o homem de arte, o perito, mais do que os empíricos, o mestre de obras mais do que o operário, e as ciências teóricas mais do que as práticas. Que a filosofia seja certa das causas e de certos princípios é evidente (ARISTÓTELES⁵ apud ARAÚJO).

Nesse sentido, se por um lado havia uma hierarquização do saber, havendo uma maior valorização do conhecimento universal (de causas mais gerais), por outro lado, Aristóteles considerava que tanto o saber universal como o saber particular eram necessários para a formulação de um “conhecimento”. Notemos ainda que ao atribuir a noção de certeza à filosofia, este filósofo pretende, de algum modo, anular a incerteza. Aristóteles supunha que poderíamos chegar à verdade iniciando pela sensação, passando pela imaginação e chegando ao questionamento da essência, o que faria distinguir o falso do verdadeiro.

Aristóteles afirmava que é possível conhecer a realidade (realismo), por isso, exclui outras formas de pensamento, como o relativismo e o ceticismo. A distinção entre forma e matéria (a qual não será analisada neste estudo, porque se afasta de nosso foco principal), desenvolvida por esse filósofo, é utilizada até os dias de hoje e, portanto, “[...] tudo isso faz de Aristóteles um dos pilares do pensamento filosófico ocidental” (ARAÚJO, 2012, p.21).

Já no século XVII, Descartes (1596-1650), também participou com seus estudos para formulação da Teoria do Conhecimento, inclusive os fundamentos da forma do pensamento cartesiano se apresentam nas diversas áreas do saber presentes na atualidade. Para Descartes, a incerteza deveria ser eliminada em favor de respostas precisas como as de um cálculo matemático, o método cartesiano é retirado da matemática. Desse modo, Araújo (2012, p.26) explica a intenção contida na base do pensamento aristotélico:

A intenção de Descartes é, depois de fundamentar pela metafísica todos os conhecimentos, poder desenvolver as ciências usando o modelo da matemática, o modelo geométrico, e atingir o pleno conhecimento em todas as áreas do saber de sua época. Inclusive a prova da existência de Deus depende de seu método de investigação racional.

⁵ ARISTÓTELES. *Metafísica*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p. 13.

O racionalismo cartesiano possui uma visão de mundo mecanicista, onde há trocas de porções de movimento através de choques e, para ele, isso poderia ser ordenado e medido. Esse pensador renuncia ao ceticismo e crê que a razão leva ao conhecimento seguro, certo e verdadeiro. Por isso, em seus estudos metafísicos, procurava a formulação de uma filosofia universal.

Em sua busca Descartes afasta-se do senso comum e da experiência sensível para tentar atingir a verdade. Este pensador pretendia criar um modelo para reformular o sistema de conhecimento global, o qual ele percebe como único, ou seja, não há uma variabilidade do saber, ou uma aproximação do conceito de polifasia cognitiva, como vimos anteriormente, mas sim um sistema (como um relógio) singular que conduz as grandes respostas. Vejamos a descrição de seu método para atingir a certeza:

O método se resume em quatro grandes etapas: 1º evitar a precipitação e o preconceito, nunca tomar algo como verdadeiro se isso não se revelasse com algo evidente, claro e distinto, a tal ponto, que ele não precisasse duvidar; 2º dividir as dificuldades para poder melhor examiná-las e resolvê-las; 3º ordenar seus pensamentos dos mais simples aos mais complexos; 4º recapitular tudo, enumerar tudo afim de ter certeza de que nada foi omitido (ARAÚJO, 2012, p.28).

Descartes utiliza a lógica dedutiva, utilizando o que ele define como “cadeia de razões”, próprias da geometria, defende que esse caminho, o da matematização das falsas certezas, constitui-se no “critério do conhecimento”. Então, o *ego cogitans* esclarece a ideia da fonte do conhecimento, o eu pensante; a racionalização seria o método para conhecer a realidade externa e a verdade seria possível de ser alcançada seguindo o seu método. Nesse sentido, é interessante notarmos que Descartes pretendia que a aplicação da razão gerasse um progresso das condições de vida; entretanto, não foi o que exatamente ocorreu, conforme analisaremos mais adiante no tópico acerca do pensamento complexo.

Quanto ao empirismo, destacaremos dois filósofos cujo suas ideias contribuíram para o entendimento dessa corrente de pensamento. O primeiro é Francis Bacon, que era adepto do método indutivo, o qual segue de casos particulares para, através da experiência, generalizar as explicações. Por tanto, vai contra Platão que descartava as experiências como fonte de conhecimento, porque variavam. Nesse sentido, Bacon valoriza as ciências “usáveis”, quebrando a hegemonia da tradição teórica. Esse filósofo valoriza o trabalho manual, ele reconhece que a técnica requer conhecimento, inclusive podendo estar relacionada com diversas áreas do saber.

Fundador do empirismo, Bacon defende que a única realidade que podemos concluir é a realidade empírica, ou seja, aquela que está baseada na experiência (sem aproximar-se da dedução, que faz indagações do sentido geral para o particular). Desse modo, necessita-se tanto do conhecimento teórico como do empírico, como expõe Araújo (2012, p.36): “Ele propõe a análise humilde e cuidadosa das técnicas, e mostra que a ciência é um esforço cooperativo, exige competição e um trabalho conjunto, não é feito de um homem só, nem da autoridade de um suposto sábio”.

A ideia de Bacon era atribuir à ciência um caráter útil, em vez de uma ineficaz contemplação das ideias, por isso, vê no trabalho mecânico, por exemplo, o encontro entre a mente humana e a natureza das coisas. Nesse sentido, Bacon considera o sistema de conhecimento formulado por Platão fantasioso (por acreditar na resolução de todos os problemas); o método de Aristóteles ineficaz (pois acreditava que a arte e a técnica eram imitação da natureza) e não considera relevantes as soluções retóricas, como pretendiam os sofistas (por não se submeterem a um princípio de investigação).

Bacon argumenta sobre a existência de quatro tipos de preconceitos que podem deturpar o pensamento científico: Os ídolos da tribo (o conhecimento humano não depende da espécie, mas de cada indivíduo com suas opiniões); os ídolos da caverna (o conhecimento humano está restrito ao contexto de saberes adquiridos); os ídolos do mercado (palavras e conceitos resultantes do contato social) e os ídolos do teatro (sistemas de conhecimento fechados apresentados como em um teatro, por força da tradição).

Outro filósofo representante do empirismo que destacaremos é Hume, que se afastou ainda mais que Bacon e Locke do ideal da verdade absoluta. Para Hume, conforme sua atitude cética, não considera possibilidades de verdade ou certeza, não crendo no método indutivo para aquisição das certezas. Esse filósofo crê que o raciocínio opera por associações, dependendo de causa e efeito, através de inferências. Mas, por outro lado, distingue entre as relações de fato e entre as ideias. Para ele, não há um princípio de causa e efeito *a priori*, pois a capacidade de inferimos algo provém da experiência.

Hume é cético no sentido de não acreditar na descoberta das causas gerais de todas as coisas. Ele ressalta o hábito como um meio para o conhecimento. Importante esclarecer que o ceticismo de Hume não é radical como o de Górgias, ele acredita que é associação de ideias e as experiências sensíveis levam ao conhecimento dos fatos, pela experiência e demonstração, mas não crê que o entendimento humano pode chegar à certeza. (ARAÚJO, 2012, p.60-61)

Kant (1724-1804) propõe um meio termo entre o empirismo e o racionalismo: o idealismo crítico. Ele reformula a teoria cartesiana da mente, pois em vez de haver o elemento

cognitivo gerador de saber, o “eu penso”, há propriedades transcendentais (ligadas à razão). Contrariamente a Descartes, ele afirma que só o “Eu” da consciência pessoal não é suficiente para produzir conhecimento. Para Kant, o conhecimento transcende a experiência, mas, no entanto, precisa dela. Esse filósofo também critica Hume, ao afirmar que os princípios não surgem dos hábitos.

A teoria do conhecimento de Kant apresenta o conceito de “transcendental” (condição *a priori* para o conhecimento), onde a ideia é unir o inteligível e o sensível para alcançar o saber, sem, contudo, ultrapassar os limites da experiência. Apesar disso, a teoria de Kant é rejeitada pelo pragmatismo, pois, nesta linha de pensamento, há a ideia de pesquisar e regradar o conhecimento, portanto, a intenção kantiana de definir as formas *a priori* de conhecimento, sintetizando a experiência, não é aceita. A essência do pragmatismo é explanada por Araújo (2012, p.79):

Importa não só investigar quais são as fontes e critérios do conhecimento, mas por quais razões e em quais circunstâncias se usará determinada fonte ou critério; o que se conhece, quem conhece e como conhece depende de outra pergunta: para que se conhece, com que finalidade o material do conhecimento é utilizado pelos homens em diferentes épocas e em diversas situações.

William James (1842-1910) e John Dewey (1859-1952), filósofos que participaram da formulação do pragmatismo, não entendem que exista as formas *a priori* de conhecimento, nem fundamentos finalizadores, pois esses autores valorizam as transformações históricas e sociais. Para James, a verdade é verificável, ou seja, a ela não possui um caráter rígido, mas depende de readequações, de revisões constantes. Portanto, não há verdade absoluta e segura, ou seja, “Há necessidade de experiência cujas partes se relacionem entre si” (ARAÚJO, 2012, p.81). Ressalta-se, nesse sentido, que o pragmatismo queria aproximar a Teoria do Conhecimento à vida diária para atingir a progresso, melhorando as condições de vida.

Contudo, ao analisarmos algumas formas de pensamento relacionadas à Teoria do Conhecimento, verificamos que as indagações acerca da origem do saber partiram da busca da verdade e apreensão da realidade, que objetivava a certeza, ultrapassando critérios rígidos de pensamento, até chegar a uma atitude mais flexível, que reconhece a “fluidez”, digamos assim, do conhecimento. Nessa trajetória, seguiu-se da separação entre os saberes teóricos e práticos, por exemplo, para uma abordagem mais interativa destes. Nesse sentido, também, houve uma propensão à interação do sujeito com o objeto do conhecimento.

Mas, apesar dessa propensão percebe-se que não houve um pensamento voltado para a conexão entre os sujeitos e o “objeto-mundo”. Para tanto, a Filosofia deveria aproximar-se da Biologia, da Psicologia, da Sociologia e da História, avaliando o contexto humano biopsicossocial, por exemplo. Nesse sentido, concordamos com Jovchelovitch (2008, p.168), ao ressaltar a ruptura causada pela busca cega da verdade: “[...] para muitos o artifício subjacente à construção do verdadeiro conhecimento é a separação entre suas estruturas internas e os sujeitos, as comunidades e as culturas que lhe dão substância e razão de ser”.

Desta forma, prosseguiremos nosso estudo, a fim de verificar os efeitos dessa ruptura no saber, agora analisando a estrutura do sistema de conhecimento da ciência, por intermédio da Epistemologia.

2.3 A EPISTEMOLOGIA

Neste tópico nos aproximaremos do conhecimento científico, sempre lembrando que este possui um elo com a Teoria do Conhecimento, antes mencionada. Nossa proposta, agora, é identificar algumas correntes de pensamento relacionadas ao pensar científico. Deste modo, iniciaremos com a epistemologia crítica.

Wittgenstein (1899-1951) contribuiu imensamente para o estudo epistemológico, considerando neste a presença da linguagem. Isso acarretou em uma grande mudança no estatuto do saber, como explica Araújo (2012, p.113): “Visar ao enunciado, à proposição, aos atos de fala, à necessidade de levar em conta formulações linguísticas – a esse novo movimento chamou-se de ‘virada linguística’”.

Wittgenstein conclui que os objetos não possuem significado pré-determinado, pois considera o sentido que atribuímos a tal objeto, sendo este, por tanto, algo simples e nomeável. Segundo o filósofo, há a formação de sentenças que se ligam a outras sentenças de modo que o conhecimento ocorre por meio da formação de redes de significados, lembrando que para Wittgenstein os significados possuem ligação com a mente, mas não estão restritos a ela. Deste modo, descarta-se a indução, uma vez que esta conduziria à aceitação da mais simples rede de noções.

Essa teoria une ao processo de conhecimento os jogos de linguagem usados no discurso cotidiano, havendo, portanto, diversas formas de se expressar, de agir e significar (isso faria parte de nossas vidas, de nossa cultura). Wittgenstein não objetiva descobrir a essência do saber, apenas verifica a utilização da linguagem, afirmando que as expressões linguísticas dependem do seu uso, ou seja, para compreender o que quer dizer uma proposição

deve-se saber a que ela se refere, em que circunstâncias e que observações ela valida ou refuta.

Desse modo, a gramática impõe regras e critérios de aplicação que se refletem na compreensão dos significados, mas a experiência sensível através da visão, por exemplo, não gera diretamente o conhecimento, pois, por esse ângulo, interpretamos os objetos guiados por relatos anteriores. Para Wittgenstein existem proposições empíricas (que precisam da experiência) e as fulcrais, que não necessitam de investigações lógicas ou empíricas porque não precisam ser contestadas. Sendo assim, para esse filósofo a ciência estuda os fenômenos formulando proposições que justificam as razões fundamentadas na linguagem, portanto, a verdade é relativa e depende do contexto de utilização das proposições. Nessa perspectiva, Araújo (2012, p.127) argumenta a ideia de Wittgenstein: “Saber é sempre saber de algo, uma forma pela qual se usam e se assimilam informação, dados e conceitos, e se isso serve ou não para o propósito de formular juízo a respeito de algo”.

Nesse contexto, depreende-se que as ciências produzem conhecimento através de utilização de dados, informações e formulação de proposições baseadas na experimentação e contestação, que poderão ser generalizadas para explicar as questões relacionadas aos fenômenos que emergem da vida. Isso ocorre pela formação de teorias, que, por conseguinte operam na construção de perspectivas acerca do “objeto-mundo”. Por isso, podemos afirmar, então, que a ciência é um sistema de conhecimento que participa da construção de uma visão de mundo.

O empirismo lógico ou neopositivismo, diferentemente da epistemologia crítica, considera significativa apenas os enunciados formulados por proposições assertivas, ou seja, aquelas que foram verificadas empiricamente. Por esse ângulo, os dados da realidade são recolhidos por meio da linguagem e estruturados em forma de proposições, as quais só se tornam válidas se a ciência, através da experiência, as reconhecer como verdadeiras.

Para Carnap (1891 – 1970), adepto do neopositivismo, a ciência deve seguir o modelo da Física (ciência natural), excluindo as ciências humanas (a História, por exemplo), pois estas não executam testes empíricos, o que faz com que inexistam métodos científicos precisos (como a sociologia, através da estatística, por exemplo). Nessa perspectiva, as ciências humanas não atuam para a “construção lógica do mundo”, a qual se traduziria por “[...] uma redução dos objetos a uma sistematização ordenada de classes com suas propriedades e relações com a experiência”. (ARAÚJO, 2012, p.134)

Quine (1908-2000), traz a ideia do naturalismo para a epistemologia. Carnap e Quine pretendem a unificação da linguagem, porém, o primeiro presume que a verdade dos

enunciados deve provir da Física, enquanto para o segundo deve resultar da Psicologia. Para Quine, a defesa de que a experiência deve confirmar os enunciados trata-se de dogma empírico, ele sugere que “[...] isso se faz com um corpo organizado de enunciados, cuja verdade depende de fatores linguísticos e de fatores extralinguísticos, factuais” (ARAÚJO, 2012, p.141).

Para a Epistemologia vista pelo viés do naturalismo, a experiência sensível deflagra a significação para se chegar a uma visão de mundo. Deste modo, Quine sugere uma aproximação da Psicologia à Epistemologia, pois ao estudar o comportamento humano a Psicologia torna-se uma ciência natural. O problema é que Quine não considera a intersubjetividade presente nos diálogos porque tenta criar regras para justificá-la, reduzindo o conhecimento a um psicologismo.

Popper (1902-1994) apresenta à epistemologia o conceito de falseabilidade, o qual afirma que, em vez de condicionar a ciência à verificação dos enunciados, deve-se atribuir a definição de ciência ao critério de refutabilidade das teorias científicas, através da experiência. Popper era contrário à ideia de que fosse possível provar algo por indução, testes empíricos, dogmatismo ou naturalismo, para ele a certeza não é interessante para a ciência, mas sim o questionamento, os testes, e as críticas à verdade das teorias científicas.

Popper defende a construção do conhecimento científico por um sistema de conhecimento aberto, em contraposição aos dogmas. No entanto, é interessante notarmos o que Mota (2003, p.53) observa a respeito da teoria da refutabilidade: “De alguma forma, a partir de seu antidogmatismo, uma vez aplicado à ciência, acabou tornando-se uma espécie de dogmatismo”. Contudo, a intenção da abertura no sistema de conhecimento científico aproxima as ideias de Popper das de Thomas Kuhn (1922-1966), porém, para Kuhn, só por que uma teoria está certa, não quer dizer que a outra esteja errada, o que ocorre é uma “incomensuralidade” entre as duas.

A ideia de Kuhn, segundo o próprio autor (1998, p.20), ao escrever seu ensaio, *A Teoria das Revoluções Científicas*, é “[...] esboçar um conceito de ciência bastante diverso que pode emergir dos registros históricos da própria atividade de pesquisa.” Dessa maneira, o autor analisa as correntes de pensamento anteriores e, nesse sentido, critica a teoria de Carnap, pois, para aquele, a verificação das proposições não conduz à realidade. Kuhn descarta o método indutivo e faz uma crítica a comparação entre teorias, proposta pelo neopositivismo, pois percebe que em tal comparação “[...] as teorias e observações em questão estão sempre estreitamente relacionadas a outras já existentes” (KHUN, 1998, p.185).

Segundo Khun (1998, p.13), a noção de paradigma refere-se às “[...] realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.” Deste modo, o autor (1998, p.219) afirma que “[...] uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma”.

Esse pensador constata que, na maioria das vezes, os cientistas estudam exclusivamente um conjunto de teorias e pressupostos, ou seja, ficam restritos ao paradigma vigente, o que não permite progresso científico. Nesse sentido, Khun (1998, p.29) define como ciência normal: “[...] a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas. Essas realizações são conhecidas durante algum tempo por alguma comunidade científica específica como proporcionando os fundamentos para sua prática posterior.” Assim, considerando-se essa definição, Khun (1998, p.24) afirma que a ciência normal defende o argumento de que a certeza reside nas teorias científicas: “A ciência normal, atividade na qual a maioria dos cientistas emprega inevitavelmente quase todo o seu tempo, é baseada no pressuposto que a comunidade científica sabe como é o mundo”.

Desta forma, a ciência normal rejeita as teorias que apresentam novos argumentos porque elas não se enquadram em suas regras. Mas, tais regras, ocasionalmente, não dão conta de sanar todos os problemas demandados, isso gera a desorientação da ciência normal. Neste caso, são identificadas anomalias, as quais vão de encontro à tradição da rotina do trabalho científico e, nesse momento, ocorre uma mudança significativa do decurso dos pensamentos que regem o paradigma vigente, o que pode conduzir à adoção de um novo paradigma (uma revolução científica). Tal evento é explicado Khun (1998, p.25):

[...] quando os membros da profissão não podem mais esquivar-se das anomalias que subvertem a tradição existente da prática científica – então começam as investigações extraordinárias que finalmente conduzem a profissão a um novo conjunto de compromissos, a uma nova base para a prática da ciência. Neste ensaio, são denominadas revoluções científicas os episódios extraordinários nos quais ocorre essa alteração de compromissos profissionais. As revoluções científicas são os complementos desintegrados da tradição à qual a atividade da ciência normal esta ligada.

Segundo Khun, a ciência não é cumulativa, ou seja, as teorias de cada época correspondem ao modo de pensamento que vigorava naquele período. Não existe um método único, criado ao longo dos tempos, resultante da evolução das teorias anteriores, para o empreendimento científico. Por isso, Khun (1998, p.108) critica o critério de falseabilidade de

Popper: “[...] uma teoria científica, após ter atingido o *status* de paradigma, somente é considerada inválida quando existe uma alternativa disponível para substituí-la”.

Para Khun, não há um critério de cientificidade, no entanto, a resolução dos problemas científicos ocorre por meio da adoção de paradigmas, os quais serão observados e experimentados (contrário a Carnap, o caráter empírico não define a ciência). Segundo o pensador, a utilização de paradigmas é o método que permite o estudo dos fenômenos naturais, mas os paradigmas não resolvem todos os problemas, eles passam por crises, e as crises são benéficas, elas podem proporcionar novas descobertas ou, ainda, a adoção de um novo paradigma. As revoluções científicas são definidas por Khun (1998, p.125) como: “[...] aqueles episódios de desenvolvimento não-cumulativo, nos quais uma paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior”.

Quando um novo paradigma é adotado há uma mudança gestáltica, ou seja, surge uma nova visão de mundo, pois concordamos com o autor ao entender “[...] a revolução científica como sendo um deslocamento da rede conceitual através da qual os cientistas veem o mundo” (KHUN, 1978, p.137). Convém ressaltar que as revoluções científicas ocorrem com muita pesquisa e trabalho, dificilmente são feitos de um único homem, geralmente decorre do empenho de uma comunidade científica.

Feyerabend (1924-1994) apresenta um anarquismo epistemológico, ele acredita na liberdade, na complexidade e na mutabilidade do conhecimento humano e, por isso, a ciência não pode ficar presa a regras metodológicas. Para Feyerabend o anarquismo favorece o progresso, ele defende que “tudo vale” na pesquisa científica, não havendo regras rígidas, nem reducionismos. A ideia desse pensador é que a ciência deve se desvencilhar das limitações impostas pela metodologia, adotando uma “metodologia pluralista”.

Para Feyerabend “Reduzir a ciência a uma metodologia particular, seja a teoria da refutabilidade de Popper ou o modelo de ciência normal de Khun, seria o mesmo que destruí-la” (MOTA, 2003, p.55). Por esse ponto de vista, a ciência é apenas um sistema de conhecimento, não necessariamente o melhor. Desse modo, Feyerabend equipara a ciência com a magia e o senso comum, por exemplo, e considera que a sociedade deveria escolher se a educação e, até o próprio Estado, deveriam ser fundamentados pela ciência.

Habermas, diferentemente de Khun, pensa que a história da ciência não pode, sozinha, explicar a ciência. Para tanto, é preciso levar em conta os contextos sociais, econômico e político, por exemplo, da ciência. Tais contextos, para Habermas, englobam a teoria e a prática. O filósofo acredita que o cunho social da ciência é prejudicado pela tendência de cultivar o cálculo e os testes empíricos, embora considere importante os seus critérios de

justificação. Habermas percebe a influência do capitalismo no conhecimento e nota que existe uma coação no saber, como explica Araújo (2012, p.193): “É preciso denunciar que há interesses determinando o conhecimento, o mais evidente é o interesse em explorar a natureza e o trabalho, transformando as forças sociais e pessoais em forças produtivas”.

O que se percebe em Habermas é a tentativa de formulação de uma ciência com foco no social, e para tanto, sugere a utilização da linguagem, de conceitos e de conhecimento, através de uma prática hermenêutica. Para o filósofo a ciência restrita aos procedimentos metodológicos, onde o social é rejeitado, conduz a efeitos perversos. Habermas propõe que a linguagem (enquanto processo intersubjetivo) deve ser levada em conta no estatuto do saber por que participa dos discursos que objetivam a verdade. Por esse ângulo, o filósofo considera importantes as práticas de justificação e de conversação, onde ressalta a presença da linguagem, para que se possa alcançar um estado de saber.

Ao longo da história, surgiram diversas teorias que modificaram a forma de pensamento da humanidade, teorias de diferentes áreas que fundamentam a explicação dos fenômenos e alocam-se nos sistemas de saber. Nesse sentido, caracteriza-se como revolução científica a teoria da relatividade de Albert Einstein (1879-1955), por exemplo, que trouxe novas noções em relação ao espaço-tempo. A teoria de Einstein, assim como outras teorias correspondentes a outras áreas do conhecimento, supriu a necessidade de sua antecessora e obrigou a humanidade a rever determinados conceitos, ganhando aplicabilidade, por sua vez, nas mais diversas áreas do saber.

Heisenberg, em 1927, na mecânica quântica, descobriu que as partículas se comportavam ora como corpúsculos, ora como ondas e formulou o princípio da incerteza. Nesse sentido, surge, também, a teoria do caos (1960), tendo como principal catalisador Edward Lorenz, e diz respeito aos sistemas dinâmicos e complexos, considerando que neles pode haver instabilidade. Depois, se descobriu que nos sistemas caóticos também pode haver ordem.

Pode-se dizer, por tanto, que tais teorias, de certa forma, foram (e são) empregadas em uma grande variedade de áreas do saber humano, ancorando novas informações ao conhecimento já enraizado. Então, Edgar Morin, nascido em 1921, percebeu que o conhecimento humano apresenta premência de uma nova forma de discernir a relação ordem, desordem e organização em sua edificação. Sendo assim, partindo desse pressuposto, foi através da teoria da informação, da cibernética, da teoria dos sistemas, do conceito de auto-organização, que ele identificou a existência da complexidade.

3 A TEORIA DA COMPLEXIDADE

A partir do final dos anos 60, Morin desenvolve a Teoria da Complexidade, a qual possui um aspecto multifacetado, abrangendo a reflexão acerca da construção do conhecimento e sua relação com a natureza e com os fenômenos objetivando a formulação de uma nova visão de mundo, baseada em uma ótica complexa.

3.1 A COMPLEXIDADE

O termo complexidade refere-se ao estado do que é complexo e, segundo a definição do dicionário Larousse Cultural (1993), a palavra (complexo) apresenta, na designação geral, três sentidos diferentes: de complicação, intrincação; daquilo que contém ou é formado por diversos elementos e o sentido de algo que apresenta vários aspectos, do que é multifacetado.

Em princípio, o termo (complexo) nos remete ao que é difícil ou ao que não é simples, do mesmo modo, a palavra complexidade, como argumenta Morin (2011, p.5): “[...] não tem por trás de si uma nobre herança filosófica, científica ou epistemológica. Ela suporta, ao contrário, uma pesada carga semântica, pois traz em seu seio confusão, incerteza, desordem.” Nesse sentido, ao utilizarmos apenas o método dedutivo para o discernimento acerca da noção das palavras (complexo e complexidade), estaremos incorrendo em um dogmatismo linguístico. Portanto, para entender o significado da complexidade é preciso enxergar além de sua diretriz semântica, é preciso descontextualizar o sentido estrito do termo e buscar um enlace aberto, onde não há uma resposta definitiva, uma vez que “[...] a complexidade é uma palavra-problema e não uma palavra-solução” (MORIN, 2011, p.6).

Pode-se dizer que a complexidade é uma característica natural, ela existe nas unidades, nos sistemas, nos fenômenos, no universo e em sua conexão entre eles. No entanto, se, em um primeiro momento, a complexidade é vista como um “[...] fenômeno quantitativo, a extrema quantidade de interações e de interferências entre um número muito grande de unidades” (MORIN, 2011, p.35), por outro lado, além de quantidades (que podem exprimir a sensação de certeza através do cálculo, por exemplo), a complexidade possui uma relação com a incerteza, com fenômenos aleatórios. A questão é que o estado do que é complexo pode ser moldado, manipulado, a fim de que seja camuflada, por exemplo, a incerteza e a aleatoriedade, para tornar a complexidade compreensível através de sua compactação em um sistema (inteligível e seguro) socialmente partilhado.

Nos tópicos referentes à Psicologia Social, procuramos fazer uma breve contextualização acerca da formação do conhecimento, nos apoiando em determinados pontos das teorias existentes. Desse modo, pudemos perceber que os processos cognitivos operados na organização, por meio de seleção, das informações para produção do conhecimento ocorrem, assim como a complexidade, de maneira natural e, por isso, tendemos a excluir informações que identificamos como “erradas” e, por outro lado, a ancorar (agregar) ao nosso conhecimento informações que representamos como “certas”. Tal processamento mental é explicado por Morin (2011, p.10):

Qualquer conhecimento opera por seleção de dados significativos e rejeição de dados não significativos: separa (distingue ou disjunta) e une (associa ou identifica); hierarquiza (o principal, o secundário) e centraliza (em função de um núcleo de noções-chaves); estas operações, que se utilizam da lógica são de fato comandadas por princípios ‘supra-lógicos’ de organização do pensamento ou paradigmas, princípios ocultos que governam nossa visão das coisas e do mundo sem que tenhamos consciência disso.

A explicação de Morin demonstra que há propensão humana em engendrar informações para organizar o pensamento. Por conseguinte, essa ação se refletirá na percepção dos fenômenos e do mundo. Tal percepção pode se fundamentar por sistemas fechados de conhecimento, que reduzem a complexidade à simplificação, dificultando o entendimento dos fenômenos de forma integrada, complexa e multidimensional, o que causa diversos efeitos nocivos à sociedade e sua ligação com o mundo.

Interessante notarmos que a relação do homem com o conhecimento sempre apresentou uma inclinação à fragmentação. Nesse sentido, Peter Burke (2003), apresenta uma análise da recorrente classificação do conhecimento, desde o “cru” e o “cozido”⁶ (visão dos povos primitivos acerca da distinção entre natureza e cultura), passando pela diferenciação entre conhecimento teórico e prático (ciência e arte), pelo conhecimento público e privado (como fica evidente na luta de Lutero, durante a Reforma, pela laicização do saber), até a “explosão da informação” (com os tipos móveis), que proporcionou uma quebra na elitização do conhecimento.

Nessa vista, manifesta-se, também, a indagação a respeito do caráter utilitário do conhecimento, salientando-se as concepções da teoria de Bacon, as quais contrapunham-se à contemplação das ideias e à metafísica, por exemplo. A classificação do conhecimento como acadêmico é examinada por Burke (2003) levando-se em conta as universidades europeias.

⁶ Claude Lévi-Strauss, *O pensamento selvagem* (1962).

Para tanto, o autor representa tal classificação através de um “tripé intelectual”, composto por três “subsistemas”: currículos, bibliotecas e enciclopédias. Sendo assim, torna-se relevante, para esse trabalho, observarmos a explanação do autor (2003, p.87) sobre a organização dos currículos nas universidades europeias:

O primeiro grau era o bacharelado, e as artes em que o estudante se tornava bacharel eram as sete ‘artes liberais’, divididas em duas partes, o *trivium*, mais elementar, que lidava com a linguagem (gramática, lógica e retórica), e o *quadrivium*, mais avançado, que lidava com os números (aritmética, geometria, astronomia e música). Na prática, havia também lugar para as ‘três filosofias’, ética, metafísica e o que era conhecido como ‘filosofia natural’, o último dos temas sendo estudado com especial referência à *Física* de Aristóteles e seu tratado *Da alma*.

Nesta organização atribuía-se um *status* maior às faculdades superiores de Teologia, Direito e Medicina. Na época, o Direito possuía um caráter mais elevado que a Medicina, e a Teologia era considerada a “rainha das ciências”. Entretanto, houve uma gradativa orientação à reestruturação dos currículos seguida de uma especialização intensa dos campos de estudo, como, por exemplo, a Física, que se separou em Astronomia, Óptica e Química. Por outro lado, algumas áreas ganharam espaço na estrutura das universidades, como a Botânica e a Química, porém ficando subordinadas à Medicina.

Nessa conjuntura, observa-se a especialização das áreas do saber, sem que haja a intercomunicação das esferas, ideia esta que se afastava cada vez mais do ideal, no século XV, do “homem universal” (que procurava a amplidão no conhecimento), substituindo-a pela organização hierárquica do saber, demonstrada, simbolicamente, pela “árvore do conhecimento”, onde os galhos mais finos apresentam-se subordinados aos mais grossos e estes subordinados ao tronco, por exemplo. Mas, aos poucos, surge o conceito de sistema, com observa Burke (2003, p.83):

Em lugar da ‘árvore’, um termo mais abstrato começava a entrar em uso no século XVII para designar a organização do conhecimento. Esse termo (associado aos antigos filósofos estoicos) era ‘sistema’, e era aplicado tanto a disciplinas específicas quanto ao conhecimento como um todo, como no caso do ‘sistema de sistemas’ formulado por Bartholomaeus Keckermann e Johann Heinrich Alsted.

Nesse sentido, considerando-se que a essência da teoria de Descartes é eliminar as dúvidas atribuindo precisão ao conhecimento, pode-se afirmar que o método cartesiano contribuiu preponderantemente para a formulação, principalmente no Ocidente, de uma visão

de mundo sistêmica, mecanicista, onde os fenômenos são compreendidos como peças de uma máquina perfeita (um sistema) cujo eixo central é a razão. Mas, esse modo de pensar que busca significação para os fenômenos científicos através da matematização e formalização, acaba por simplificar o todo para analisar suas partes. Segundo Morin (2011, p.12), “[...] a matematização e formalização desintegraram os seres e os entes para só considerar como únicas realidades as fórmulas e equações que governam as entidades quantificadas”. Tal modelo de pensamento é denominado “reducionista” e compõe o “paradigma simplificador”, o qual Morin (2011, p.59) explana:

[...] o paradigma simplificador é um paradigma que põe ordem no universo, expulsa dele a desordem. A simplicidade vê o uno, ou o múltiplo, mas não consegue ver que o uno pode ser ao mesmo tempo múltiplo. Ou o princípio da simplicidade separa o que está ligado (disjunção), ou unifica o que é diverso (redução).

O paradigma simplificador tem sido adotado pela ciência, a qual apresenta, cada vez mais, características de “ciência normal”, como definiu Kuhn, ou seja, fica encapsulada nas teorias vigentes – o problema é que as fronteiras desse conhecimento estão alicerçadas na redução. Desta forma, Morin (2011, p.5) argumenta que o conhecimento científico tem sido concebido por uma lógica compartimentada que não permite a compreensão do todo, mas simplifica a complexidade dos fenômenos:

O conhecimento científico também foi durante muito tempo e com frequência ainda continua sendo concebido como tendo por missão dissipar a aparente complexidade dos fenômenos a fim de revelar a ordem simples a que eles obedecem.

Mas resulta que os modos simplificadores de conhecimento mutilam mais do que exprimem as realidades ou os fenômenos de que tratam, torna-se evidente que eles produzem mais cegueira do que elucidação [...]

Nessa perspectiva, nota-se que arbitrariamente às discussões de Popper, Kuhn e Feyerabend, o conhecimento científico, na transição do século XIX para o XX, prosseguiu em uma busca desenfreada pelo progresso mundial, apoiando-se, então no positivismo lógico, o qual prega que a verdade deve ser, obrigatoriamente, demonstrada de forma lógica ou empírica, através das ciências naturais, com ênfase na matemática, embasadas em um forte racionalismo.

Nesse contexto, a humanidade adquiriu uma grande quantidade de novos saberes que foram representados e ancorados ao seu conhecimento, construindo uma visão de mundo

focada na razão (o que gera a racionalização), onde a complexidade dos fenômenos é, constantemente, dissipada ou ignorada. Tal forma de pensamento conduz, segundo Morin (2011), ao “erro, ignorância e cegueira”. Por isso, o autor (2011, p.9) afirma que a humanidade precisa de uma tomada de consciência radical e, para tanto, constata alguns tópicos do problema em questão:

1. A causa profunda do erro não está no erro de fato (falsa percepção) ou no erro lógico (incoerência), mas no modo de organização de nosso saber num sistema de ideias (teorias, ideologias);
2. Há uma nova ignorância ligada ao desenvolvimento da própria ciência;
3. Há uma nova cegueira ligada ao uso degradado da razão;
4. As ameaças mais graves em que incorre a humanidade estão ligadas ao progresso cego e incontrolado do conhecimento [...]

Nessa tela, o conhecimento humano apresenta premência de uma mudança gestáltica. É preciso resgatar os contextos do saber, inserindo-se nestes a percepção da complexidade. Para tanto, urge a necessidade de um novo modo de raciocinar, um modo consciente onde os métodos científicos não excluam o sujeito de seu objeto de estudo, que integre, ao conhecimento, “suas estruturas internas e os sujeitos, as comunidades e as culturas” (JOVCHELOVITCH, 2008), ou seja, urge a necessidade do pensamento complexo.

3.2 O PENSAMENTO COMPLEXO

Para discutirmos o pensamento complexo sugerimos uma aproximação da visão paradigmática de Kuhn, uma vez que se constata a existência de um paradigma simplificador com anomalias que não se ajustam à necessidade de um abstrair reconstrutivo, o qual tem despontado na contemporaneidade e, por isso, consideramos aquele em crise. Por sua vez, tal paradigma apresenta uma incomensurabilidade com a teoria da complexidade, que traz novos compromissos às comunidades, inclusive a científica. Sendo assim, supomos que o devir do modelo de pensamento atual encontra-se em transição paradigmática, podendo ocasionar uma revolução científica (espera-se isso), através da reforma do conhecimento.

Morin (2000) nos traz a ideia de um pensar consciente, de uma “ciência com consciência”, concepção essa que se opõe à construção da bomba atômica, por exemplo. Obviamente, este empreendimento científico baseia-se em um modelo de pensamento que não leva em conta o sujeito como objeto de estudo da ciência, mas sim um irresponsável saber técnico que não possui conexões com outros saberes, nem com valores, nem com a ética, por

exemplo. Nesse caso, trata-se de uma atitude guiada por um conhecimento embasado pelo princípio disjuntivo, o qual rege o pensamento simplificador.

Descartes, em sua teoria racionalista, a qual exhibe traços detectados no paradigma simplificador, separa o *ego cogitans* (o eu pensante) da *res extensa* (a matéria), isso simplifica a complexidade existente na relação sujeito-objeto. Tal simplificação fragmenta a qualidade dicotômica desta associação, sendo perceptível, por exemplo, no campo da biologia, onde se enfatiza o estudo do biológico, mas não do social e, também, na sociologia que se direciona para o social, esquecendo-se do biológico. Dessa forma, percebe-se que não há intercomunicação das partes para a compreensão do todo (o ser humano e os seus diferentes contextos).

Assim, o pensamento complexo tenta sair dos efeitos nocivos do pensamento simplificador, que, muitas vezes, exclui o aspecto social da ciência e inibe a capacidade do saber de alcançar a subjetividade humana e compreendê-la em seu contexto ecossistêmico. Tais efeitos nocivos também são detectados em relação à fragmentação do saber, em que tanto os campos de estudo e as disciplinas são dissociados entre si, como em relação a outros tipos de saberes e indagações, conduzindo, assim, o conhecimento a uma perspectiva unidimensional, restrita. Dessa forma, o pensamento complexo pretende a construção de um sistema de saber onde há interação dos diversos conhecimentos, inclusive o saber técnico, como ressaltou Bacon, quebrando a hegemonia da ciência, como argumentou Feyerabend, resultando, não em uma visão simplificada e excludente, mas complementar e multidimensional, como elucidou Morin.

Mas, o pensamento complexo, apesar de tentar solucionar as falhas do pensamento simplificador, considera o simples e busca conviver com a simplicidade existente na vida. Porém, mais do que isso, no dizer de Morin (2011, p.6), “[...] integra em si tudo o que põe ordem, clareza, distinção, precisão no conhecimento.” Nesse sentido, tal modo de raciocinar não vê as formas de redução como absolutamente nocivas, o que se torna nocivo é a falta de consciência acerca da existência do complexo. Nessa abordagem, é importante sublinhar, também, que a distinção não é, necessariamente, um dos problemas do paradigma vigente, mas a distinção vista como dissociação.

Nesse momento, consideramos que seja produtivo o esclarecimento sobre as definições dos seguintes elementos inerentes ao ser humano: a razão, a racionalidade e a racionalização. Nessa tela, Morin (2011, p.70) explana que:

A razão corresponde a uma vontade de ter uma visão coerente dos fenômenos, das coisas e do universo [...]

A racionalidade é o jogo, é o diálogo incessante entre nossa mente, que cria estruturas lógicas, que as aplica ao mundo e que dialoga com este mundo real [...]

A racionalização consiste em querer prender a realidade num sistema coerente [...]

Dessa maneira, apesar de se interligarem, a racionalização, que é um efeito da racionalidade, quando voltada exclusivamente para a razão, deturpa as perspectivas e inclina o pensamento a uma lógica positivista para aceitação da realidade. Nesse senso, tem-se como exemplo a ciência, que, por vezes, racionalizou o seu âmago para atingir o saber completo. No entanto, realçamos que a obtenção de conhecimento por meio da ótica complexa não significa que esta conduzirá a um estado de conhecimento pleno, como fica explícito na argumentação de Morin (2011, p.6) onde, após citar a primeira das ilusões que “[...] desviam as mentes do problema do pensamento complexo”, a qual acredita ser a eliminação da simplicidade, parte para explicação da segunda ilusão:

A segunda ilusão é confundir complexidade e completude. É verdade que a ambição do pensamento complexo é dar conta das articulações entre os campos disciplinares que são desmembrados pelo pensamento disjunto (um dos principais aspectos do pensamento simplificador); este isola o que separa, e oculta tudo o que religa, interage, interfere. Neste sentido, o pensamento complexo aspira ao conhecimento multidimensional. Mas ele sabe desde o começo que o conhecimento completo é impossível: um dos axiomas da complexidade é a impossibilidade, mesmo em teoria de uma onisciência.

Por esse ângulo, a observação do breve estudo realizado neste trabalho acerca da epistemologia, nos permite depreender que as bases do conhecimento científico e filosófico, na busca da verdade, realidade e da objetividade de conceitos e teorias fecharam a possibilidade de conhecimento. Segundo o pensamento complexo, essa possibilidade deve ser aberta, deve-se caminhar na direção de um conhecimento “mais rico e menos certo” (MORIN, 2011, p.44).

Morin (2011, p.45), discute a necessidade da criação de um ponto de vista para o saber da epistemologia que nos situe em um ecossistema natural, levando em conta o estudo dos caracteres biológicos do conhecimento, como, por exemplo, as formas cerebrais *a priori* que constituem o saber humano e o diálogo com o meio ambiente e, também, a formulação de um ponto de vista que nos situe no ecossistema social, que “produz as determinações/condicionamentos ideológicos

de nosso conhecimento”, isto, segundo Morin, permitiria uma flexibilidade acerca de nossa subjetividade.

A teoria da complexidade apresenta três princípios essenciais para a formação de um modo de pensar complexo. O princípio dialógico expõe que os elementos de um objeto de estudo podem apresentar mais de uma lógica, ou seja, se há mais de um princípio que rege esses elementos, esses princípios interagem entre si, sendo complementares e/ou antagônicos e não apenas justapostos. O princípio da recursão organizacional diz que há um processo recursivo na organização dos elementos, ou seja, há um processo em que “[...] os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores do que os produz” (MORIN, 2011, p.74). Por último, o princípio hologramático profere que não apenas uma parte está no todo, mas o todo também está em uma parte, por isso manifesta-se a ideia do holograma, pois, segundo Morin (2011, p.74) “Num um holograma físico, o menor ponto da imagem do holograma contém a quase totalidade da informação do objeto representado”.

No entanto, é importante lembrarmos que esses princípios da teoria da complexidade não atuam sozinhos, mas intercomunicam-se, uma vez que “[...] a própria ideia hologramática está ligada à ideia recursiva, que está ligada, em parte, à ideia dialógica” (MORIN, 2011, p.75). Além desses princípios, a referida teoria sugere ainda três ângulos para discutir a complexidade: as causalidades linear, circular retroativa e recursiva. Para melhor explicar esses conceitos, Morin (2011, p.86) insere-os no contexto de uma organização empresarial inserida no mercado:

Primeiro ângulo: a causalidade linear. Se uma dada matéria-prima, ao sofrer um dado processo de transformação, produz um dado objeto de consumo, este movimento se inscreve numa linha de causalidade linear: tal causa produz tais efeitos.

Segundo ângulo: a causalidade circular retroativa. Uma empresa tem necessidade de ser controlada. Ela deve efetuar sua produção em função das necessidades externas, de sua força de trabalho e de suas capacidades energéticas internas. Ora, nós sabemos – já há cerca de quarenta anos, graças à cibernética que o efeito (uma boa ou má venda) pode retroagir para estimular ou fazer regredir a produção de objetos e de serviços na empresa.

Terceiro ângulo: a causalidade recursiva. No processo recursivo, os efeitos e produtos são necessários para o processo que os gera. O produto é o produtor do que o produz.

A observação desses princípios colabora para que os sistemas de conhecimento não caiam na tendência à disjunção e à redução, pois, por exemplo, propicia o entendimento de que a sociedade é produtora dos indivíduos, ao mesmo tempo em que os indivíduos produzem a sociedade; de que os indivíduos produzem o conhecimento da sociedade e este

conhecimento retroage sobre os indivíduos, produzindo conhecimento sobre eles; de que, assim como os indivíduos estão na sociedade, a sociedade está nos indivíduos. Portanto, se há a observação desses princípios, não há porque segregar as diversas dimensões de um objeto de estudo para a formação de um ponto de vista, por exemplo.

Nesse sentido, o pensamento complexo não pretende solucionar os problemas sociais e científicos, criando um método de saber correto, mas sim produzir um sistema de conhecimento aberto, onde diferentes tipos de noções e saberes coexistem, em vez de se anularem, se interligam, em vez de se isolarem; onde a incerteza não é aniquilada, mas produz o avanço teórico, revelando uma visão de mundo mais abrangente. Nessa perspectiva, Mariotti (2000, p.1) consubstancia as ideias de Morin:

Não importa o quanto tentemos, não conseguimos reduzir essa multidimensionalidade a explicações simplistas, regras rígidas, fórmulas simplificadoras ou esquemas fechados de ideias. A complexidade só pode ser entendida por um sistema de pensamento aberto, abrangente e flexível — o pensamento complexo. Este configura uma nova visão de mundo, que aceita e procura compreender as mudanças constantes do real e não pretende negar a multiplicidade, a aleatoriedade e a incerteza, e sim conviver com elas.

Identificamos como recorrente, na atualidade, a ideia evidenciada na preocupação dos pensadores dos últimos séculos, em apreender a realidade, em atingir a verdade e em decifrar a relação sujeito-objeto. Salientamos que tal preocupação não se sobressai no pensamento complexo que, em vez de visar o controle sobre essas questões, procura discuti-las, abrindo a possibilidade do conhecimento e estimulando o diálogo questionador, em que se mira um atuar consciente, contrapondo-se às formas de reducionismo, em que procura-se manter as “brechas” existentes nas teorias (como considera Kuhn) e ao mesmo integrar as questões propostas pelo método lógico, pelo empirismo e pelo racionalismo.

4 O CONHECIMENTO DA ARQUIVOLOGIA

Uma vez que o objetivo geral deste trabalho é compreender a formulação do conhecimento arquivístico e sua relação com o paradigma da complexidade, acreditamos que seja necessária a construção de um breve panorama acerca da formação e do desenvolvimento do sistema de conhecimento da Arquivologia, onde analisaremos seus principais pressupostos epistemológicos.

Julgamos que o panorama o qual pretendemos elaborar nos subsidiará para indagarmos a atual visão sobre a Arquivologia em relação ao seu objeto de estudo, à sua ligação com outros campos do conhecimento e em relação ao “objeto-mundo”. Para tanto, pretendemos identificar, em tal panorama, a formação dos conceitos básicos de Arquivologia, as principais correntes de pensamento que vigoraram na formulação da perspectiva arquivística, os contextos que marcaram a sua evolução, a percepção dos arquivistas sobre a Arquivologia na Ciência da Informação e os principais paradigmas existentes nessa área do saber.

Deste modo, consideramos que essa prospecção (mesmo breve), desde as origens do conhecimento arquivístico até seu estado atual, nos proporcionará melhores condições de analisarmos a possibilidade da inserção do pensamento complexo na visão de mundo dos arquivistas e na constituição do conhecimento da Arquivologia.

4.1 A FORMAÇÃO DO SABER ARQUIVÍSTICO

Costuma-se dizer que a história dos arquivos é paralela à da escrita, que surgiu quando o homem começou a gravar, imobilizar a linguagem falada (mais ou menos em 3.500 a.C.), mas, não se sabe como e em que momento a linguagem auditiva se transformou em linguagem visual, resultando a invenção dos primeiros sistemas de escrita. Esses são problemas que, conforme Wilson Martins (1996, p.33), “[...] segundo toda a probabilidade, continuarão para sempre insolúveis.” O que se pode afirmar é que a escrita propriamente dita surgiu a partir do momento em que foi elaborado um conjunto organizado de signos ou de símbolos⁷, por meio dos quais o seus usuários puderam materializar e fixar claramente tudo o que pensavam, sentiam ou sabiam expressar.

⁷ O sentido do termo “signo” possui definição própria e diferente do termo “símbolo”, mas neste trabalho estão sendo utilizados com sentido próximo para expressar o conjunto de sinais que formam a escrita.

Lopes (1996, p.26), esboçando uma teoria da informação, apresenta diversos pressupostos da informação no interesse arquivístico, entre os quais, torna-se oportuno aqui refletirmos a respeito dos três primeiros pressupostos:

1. Os seres humanos produzem informações de modo arbitrário, de acordo com as relações que estabelecem entre si e com a natureza.
2. Os atos humanos de qualquer espécie produzem informações.
3. A informação é uma categoria abstrata que se materializa quando é registrada e representa uma sucessão de atos ou fragmentos que possam ser definidos como fatos.

Deste modo, considerando-se que a linguagem é fruto da abstração humana, percebemos que a sua respectiva fixação, constituindo sistemas de escrita, expressam ideias e sentimentos do homem e, portanto, produzem determinadas informações, em geral relacionadas aos documentos textuais, e que, mesmo sendo fixadas em um suporte, possuem um sentido abstrato, representando um modo de informação.

Nesse sentido, como vimos anteriormente, as representações sociais aliadas à linguagem e ao processo comunicacional são indispensáveis à elaboração do conhecimento, por isso, considerando-se a escrita a fixação da linguagem articulada em um suporte, conclui-se que os documentos textuais, enquanto formas de informação, participam da produção do conhecimento.

Dessa forma o surgimento da escrita supre a necessidade humana de registrar as ações e fenômenos decorrentes da vida. Supondo-se, assim, que os documentos de arquivo surgem da necessidade de registrar e comunicar os atos e conhecimentos humanos, preservando a memória individual e coletiva, para fins práticos como, por exemplo, fins administrativos e contábeis.

Contudo, do início deste tópico até aqui, procuramos salientar que a informação é abstrata, flexível e pode se materializar, ou não, de diversas formas, sendo a escrita apenas um entre inúmeros outros sistemas de linguagem visual como, por exemplo: os desenhos, a mímica, os códigos de sinais marinhos e terrestres, luminosos ou não, os gestos, a linguagem dos surdos-mudos, etc. Ao efetuarmos esse destaque, procuramos quebrar um pouco a compreensão segregada e hegemônica da informação escrita em relação ao sentido de informação. Podemos encontrar pontos semelhantes em tal dedução dissociada, na tendência humana em hegemônizar a visão, por exemplo, como é explicado por Mariotti (2002), em seu texto que busca explicar os cinco saberes do pensamento complexo, ao discorrer sobre o primeiro saber, o “saber ver”:

A primitivização de nossas mentes pela supressão da palavra (em especial a palavra escrita) traduz-se na prática pelo estreitamento de nossa percepção de mundo. Dessa maneira, ela passa a depender de quase que um único sentido — a visão. A audição vem em segundo lugar, mas com menos destaque. Essa circunstância nos torna cada vez menos capazes de perceber a importância do conjunto.

Feita essa argumentação, pretendemos traçar, brevemente, um panorama do saber arquivístico. Nesse sentido, consideramos excelente a explanação acerca da evolução da Arquivística feita por Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002). Portanto, à luz da prospecção feita por esses autores, tentaremos identificar alguns pressupostos que ancoram o saber da Arquivologia.

Remontemos, para tanto, à fixação das laboriosas populações do Vale do Nilo e da Mesopotâmia, desde o quarto milênio a.C., quando surgiram as cidades e estados organizados, onde a escrita já desempenhou um papel muito importante. Os registros produzidos ficavam nos palácios e nos templos que passaram a ter registro dos mais diversos tipos, para serviço das classes dirigentes e, apesar de serem verdadeiros Arquivos, podiam acumular a função de bibliotecas privadas, onde tanto se encontram missivas e assentos contábilísticos, como textos literários, sob a forma de oráculos, hinos religiosos ou relatos históricos.

Essa diversidade de informações acumuladas em um local único de conhecimento, no sentido em que esse trabalho pretende abarcar, leva-nos a um ponto de reflexão interessante, que é o modo como o conhecimento era percebido, pois, apesar de haver uma prévia separação, não havia uma especialização muito grande entre as áreas do conhecimento, como explica Edward Mcnall Burns (1975, p.83), no caso dos sumérios, em relação à Astronomia: “A astronomia era pouco mais do que a astrologia e a medicina, um curioso misto de ervanaria e magia”.

Desse modo, presumimos que a visão de mundo dos povos mesopotâmicos, ainda que de modo rudimentar no campo científico, atribuía um caráter de complementaridade às áreas do saber. Todavia, cabe ressaltar que da Antiguidade até a Idade Média, já surgem indícios de distinção entre a informação de bibliotecas e de arquivos.

Uma boa parte dos documentos produzidos pelas sociedades pré-clássicas referia-se, também, a tratados, contratos, atos notariais, testamentos, promissórias, recibos e sentenças de tribunais, bem como, demonstrando grande grau de organização, o aparecimento de léxicos e catálogos descritivos. Tudo isso, devido a tais sociedades possuírem uma grande noção da lei e da justiça.

Nesse sentido, constata-se a tendência natural em organizar os documentos de maneira lógica, levando-se em conta a sua utilização posterior, formulando-se, assim, pressupostos rudimentares para a construção de correntes de pensamento das primeiras formas de organização dos documentos, como fica evidente na argumentação dos autores Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002, p.45):

[...] a origem de acervos documentais radica numa motivação de índole pragmática. Daí que a constituição dos primeiros arquivos tenha obedecido a uma fórmula intuitiva – alheia a qualquer vertente técnica ou conceptual – se bem que, desde logo, estruturalmente adequada, [...] porque natural.

Essas noções tiveram importante papel no desenvolvimento da atuação arquivística, cabendo ressaltar que o desenvolvimento dos arquivos se deu em diversas culturas, com variações no suporte da informação e forma de armazenamento, como por exemplo, no Egito, onde predominava o papiro; na China, onde foi utilizado desde placas de osso até, posteriormente, antes do início da era Cristã, o papel e fitas de madeira; e, na Grécia e em Roma, onde apesar de a consideração acerca dos documentos oficiais ter se dado posteriormente, utilizava-se, dentre outros suportes, o papiro.

Paralelamente ao desenvolvimento das cidades gregas, foram desenvolvidos arquivos aglutinando características de sua organização e de seus princípios. Os europeus herdaram muitos princípios jurídicos e administrativos da civilização romana e, no que tange aos arquivos, há um enlace das práticas administrativas romanas e a formação de sua rede de arquivos com os ideais da arquivística moderna, na relação entre o documento e a entidade produtora.

Desta forma, cabe destacarmos as observações de Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002), as quais se referem ao entendimento sobre a organização dos arquivos nas civilizações pré-clássicas, presumindo, portanto: que os arquivos sempre foram depreendidos como bases e veículos de informação; que alguns ingredientes do pensamento em relação aos arquivos tornaram-se clássicos e aglutinaram-se aos princípios arquivísticos atuais (estrutura orgânica coerente em relação às funções da entidade produtora, regra de controle e matriz diplomática para garantir a identidade e autenticidade dos documentos, valor como testemunho e instrumento de informação).

Se, na Antiguidade o local onde se guardavam os documentos era concebido como tesouro ou santuário (zelado sobre a proteção dos deuses), na Idade Média, o termo arquivo passou a designar o local de armazenamento de documentos para a memória ou prova de atos

passados. Portanto, assiste-se, segundo Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002, p.204) “[...] a cristalização do conceito e se assiste à vulgarização do termo arquivo.” A partir de então, os sistemas de informação dos arquivos começaram adquirir identidade, efetivamente, em relação a outros sistemas de informação, como, por exemplo, as bibliotecas.

A Alta Idade Média Europeia é marcada por uma mudança no conceito de gestão administrativa, adquirindo caráter itinerante, mas a mobilidade dos centros de poder tornava os documentos vulneráveis e, por isso, enfatizava-se a conservação e proteção dos arquivos, armazenando-os em arcas. Dessa forma, profissionais especializados eram nomeados para ficarem responsáveis por determinados serviços, como, por exemplo, a chancelaria.

No século XIV, as administrações ampliam a sua gama de tipologias documentais armazenadas (atas, minutas, etc.), ultrapassando, assim, os limites jurídicos e patrimoniais, como, por exemplo, documentos de cunho financeiro e historiográfico. Percebe-se, portanto, que a necessidade de informação vai além da esfera da administração. Além disso, nota-se que, crescendo a importância dos arquivos, passa-se, também, a ser observado um prévio princípio de territorialidade.

Gradativamente, a arquivística se depara com novos problemas, os depósitos aumentam em grande quantidade o volume documental, mas a prática arquivística permaneceu inalterada, observando-se o aumento da burocracia. Somente após a ruptura com o sistema político e burocrático é que há a inserção dos problemas sociais, no entanto, mesmo com o desenvolvimento das administrações e a aquisição de novas percepções acerca da abrangência dos documentos, os princípios da organização arquivística sempre foram restritos à tradição administrativa.

Com o crescimento das atividades econômicas, evidencia-se a adoção de novos métodos para o fazer administrativo, destacamos, portanto, em Berlim, Munique e Estugarda, o sistema *Registratur*, que segundo Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002, p.91):

[...] é caracterizado pela manutenção dos processos por negócio ou acto administrativo, sendo cada um deles formado pelo conjunto dos documentos recebidos e pelas minutas de cartas expedidas por ocasião de um mesmo negócio, ordenados cronologicamente e em regra cosidos num mesmo caderno.

Tal sistema expandiu-se por parte da Europa que ficou dividida por duas tradições arquivísticas, o *Registratur*, na parte central e oriental, e o método cronológico por meio de séries documentais no restante da Europa. Convém lembrarmos que nessa época o acesso aos documentos era condicionado aos produtores.

Nos séculos XVII e XVIII, acentuou-se a consulta aos documentos pelo seu valor historiográfico. Tal aspecto acaba por conduzir à elaboração de instrumentos de pesquisa, como, índices, por exemplo. No Século XVII, se por um lado, houve o aparecimento de diversos manuais que sistematizavam a informação sob uma ótica jurídica, por outro lado, o racionalismo iluminista propiciou uma maior busca pelo valor secundário dos documentos, porém, influenciou de modo racionalista, a organização da informação por matérias, desvinculada do caráter orgânico-administrativo. Por conseguinte, essa tendência iluminista despontou em um “historicismo romântico” que se contrapunha ao *Registratur*, o qual manteve um modo de pensar mais objetivo, vigente na Alemanha.

Com a Revolução Francesa (1789), a arquivística começou a agregar ao seu conhecimento a possibilidade de acesso aos arquivos. Com a Lei de 7 de *Messidor*, os documentos que possuíssem valor artístico, histórico ou científico deveriam ser recolhidos à Biblioteca Nacional e nas Bibliotecas distritais, ou seja, se inicia, efetivamente, a compreensão do valor histórico-cultural dos documentos. Dessa maneira, houve uma enorme incorporação de documentos aos arquivos do Estado, que eram organizados conforme procedimentos guiados, também, por valores culturais e ideológicos.

Tal incorporação da perspectiva ideológica na organização dos arquivos, na França, acarretou em diversos problemas de ordem arquivística, fazendo-se necessária a elaboração de “*instructions pour la mise en ordre et le classement des archives départementales et communales*”⁸. Essas instruções, influenciadas por Natalis de Wailly introduziram o princípio do respeito aos fundos, que, atualmente, é considerado um dos princípios fundamentais da arquivística, em vez da ordenação por assuntos.

Por uma visão historicista e positivista (considerando-se a criação do “método histórico”, na Itália, no século XIX), os arquivos ficam subordinados à prática auxiliar da Diplomática e da Paleografia, essas três subordinadas à História, nota-se, nessa vista, a *École de Chartes*, que formava arquivistas-paleógrafos. Desse modo, percebemos que houve uma hierarquização do saber arquivístico, fragmentando o viés histórico e administrativo da Arquivística. Por esse ângulo, nota-se que existiram dois fluxos que, conforme Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002, p.112), embora não houvesse um elo entre esses movimentos, “[...] eles são a expressão de uma mesma tendência tecnicista que passou a envolver os arquivos”.

Em 1898, o manual dos arquivistas holandeses (Muller, Feith e Fruin) traz a arquivística um aspecto de disciplina, alterando, de certa forma, sua condição de submissão à

⁸ Instruções para colocar em ordem e classificar os arquivos departamentais e municipais (tradução nossa).

história. Tal obra desenvolve diversos pontos da teoria arquivística, porém possui proximidade à administração pública e, por isso, não envolve os arquivos privados, também não discute triagem e eliminação. Mesmo assim, esse manual representa um marco para a autonomia da arquivística em relação à Diplomática e à Paleografia.

Até que houvesse a afirmação da arquivística como disciplina, houve várias tentativas de aplicação de classificações temáticas (de estrutura decimal), revelando uma crise de identidade na arquivística. Nesse contexto, Jenkinson (1922), afirma em seu manual que os arquivos apresentam duas qualidades (imparcialidade e autenticidade) que conduzem a verdade e, por isso, não se confunde com a História, uma vez que o arquivista não forma opiniões.

Casanova, em 1937, critica a percepção desunida de arquivos históricos e arquivos correntes, o que reflete a tendência a uma abordagem integradora dessas duas características dos arquivos. Em meio a isso, nos períodos antecessores e posteriores à Primeira Guerra Mundial, ocorreu o aumento da produção documental, exigindo a necessidade de avaliação documental. Nesse sentido, Schellenberg, em 1956, nos Estados Unidos, define a existência dos valores primários (institucionais) e secundários (para pesquisa).

A Segunda Guerra Mundial reforçou o caráter político e ideológico das organizações em relação às potencialidades dos documentos. No pós-guerra, a evolução tecnológica deflagrou uma “explosão documental”, o que, de certa forma, provocou o aparecimento dos arquivos intermediários, onde seria efetuada a avaliação, triagem e eliminação documental. Neste último período, afirma-se o *record group*, que separava os documentos conforme sua entidade produtora (semelhante ao princípio da proveniência).

O *record group* propiciou o surgimento do *records management*, o qual foi traduzido como gestão documental e sua essência é estritamente administrativa, distinguindo-se da Arquivística, pois esta estaria relacionada apenas à documentação histórica, ou seja, trata-se novamente de uma cisão do saber arquivístico para a aplicação prática. Dessa maneira, sob esse panorama segregado, pode-se entender a lógica pela qual foi guiado o princípio das três idades dos arquivos.

Em 1950, a criação do Conselho Internacional de Arquivos (C.I.A.) possibilitou uma reflexão mais teórica no campo da arquivística, como, por exemplo, quanto aos: problemas de terminologia, a formação dos arquivistas e a comunicação dos documentos. Importante sublinharmos, a crescente evolução da Descrição Arquivística, destacando-se a elaboração da Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-G), por exemplo. Nessa perspectiva,

diversos congressos que abordam temas variados têm ocorrido no mundo com o intuito de discutir as principais questões da Arquivologia.

No desenvolvimento da Arquivologia, que segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p.37) define-se como: “Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Também chamada arquivística”, surgiram diversas argumentações que se materializaram em manuais, os quais têm sido editados e reeditados a fim de serem utilizados como base para a construção do conhecimento arquivístico. Entretanto, Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002, p.142), manifestam, contundentemente, a ideia de Aurelio Tanodi (Manual de Archivologia Hispano-americano, 1961) acerca de suas preocupações sobre os pilares da Arquivologia:

[...] Tanodi apresenta já preocupações de carácter científico bastante inovadoras, no capítulo intitulado *Archivologia*. Além de discorrer sobre a arquivologia, como ciência ou disciplina, e de discutir problemas conceptuais em torno do objecto – que designa por *arquivalia* – dedica um ponto específico ao método, considerando-o como o elemento fundamental de qualquer ciência ou disciplina e encarando-o como um conjunto de procedimentos que permitem alcançar a ‘verdade científica’. Para Tanodi, o método da Arquivologia baseia-se, como aliás todos o métodos científicos, na lógica e na experiência, ajustando-se necessariamente aos fins dos arquivos ou da *arquivalia*: de reunir, conservar, ordenar, descrever, administrar e utilizar a *arquivalia*.

A argumentação de Tanodi demonstra a preocupação que seguirá ao longo das décadas, até os dias de hoje, em razão do objeto de estudo da Arquivologia, dos métodos utilizados e do questionamento sobre a possibilidade da Arquivologia tornar-se uma ciência.

Assim, no intuito de darmos prosseguimento ao objetivo de traçarmos um breve panorama sobre os pressupostos que fundamentam o conhecimento arquivístico, faz-se necessário identificarmos, nesse contexto, dois pontos importantes: em relação à existência de uma Ciência da Informação e em relação à existência de correntes de pensamento que dizem respeito à Arquivologia (a linha tradicional, a integrada e a pós-custodial).

Fonseca (2005) entende que grande parte dos autores que se dedicam à constituição da Ciência da Informação considera a Conferência realizada na *Georgia Institute of Technology* (1962), como o berço deste campo científico. Nesse sentido, cabe analisarmos a definição de Ciência da Informação de Shera e Cleveland⁹ *apud* Fonseca (2005, p.19):

⁹ SHERA, J. H.; CLEVELAND, D. B. History and foundations of information science. *Arist – Annual Review of Information Science and Technology*, v. 12. 1977, p. 249-274.

Ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo de informação e os meios de processar a informação para ótima acessibilidade e uso. O processo inclui a origem, a disseminação, a coleta, a organização, o armazenamento, a recuperação, a interpretação e o uso da informação. O campo está relacionado com matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologia da computação, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicação, biblioteconomia, administração e algumas outras áreas.

Por essa definição, podemos perceber que o aspecto de ciência é atribuído a esse campo do conhecimento, uma vez que ele possui métodos e estratégias investigatórios que o caracterizam como científicos. Percebemos, também, que, nesse conceito, há a noção de interdisciplinaridade, mas, sem, contudo, envolver em seu eixo certas disciplinas, como, por exemplo, a Arquivística.

A Arquivologia tem buscado reflexões em suas teorias, ligando-as à “sociedade da informação” ou “sociedade do conhecimento”, visando sua participação nestas, mas, pela falta de um *corpus* teórico, que não abarca uma teoria da informação expressiva, as disciplinas inter-relacionadas à Ciência da Informação não conseguem “[...] contribuir para que esses domínios do conhecimento avancem além de meia dúzia de pressupostos e de um conjunto de técnicas e práticas” (LOPES, 1996, p.21).

Além disso, outra limitação da inserção da Arquivologia no campo da Ciência da Informação ocorre, segundo Fonseca (2005, p.99): “[...] na medida em que nela ainda subsiste uma configuração que não consegue romper com os limites nacionais e corporativos.” Por esse ângulo, Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002, p.155), argumentam, também, que decorre do pragmatismo voltado à divisão das idades dos documentos “[...] que o objecto da Arquivística não seja claro e que se confunda o método com meras aplicações técnicas.” Sendo assim, tais aspectos afastam a possibilidade da categorização da Arquivologia como ciência, como, por exemplo, argumenta Silva (2005, p.72):

[...] qual a autonomia teórico-metodológica do trabalho do documentalista/cenciometrista em relação ao historiador ou ao sociólogo da ciência? Parece ser nenhuma! E, no entanto, o documentalista, herdeiro da função consuetudinária do bibliotecário, tem por missão classificar, ordenar, descrever para tornar acessível e conservar documentos (livros, revistas, manuscritos, etc.), missão que não se confunde com o trabalho de qualquer cientista (das ciências ‘exactas’ às sociais e humanas). Exibe, assim, uma especificidade técnica e prática que justifica nitidamente uma actividade profissional bem delimitada, embora não induza a sólida e rápida aproximação a parâmetros consensuais de cientificidade.

Então, apresentada a existência de uma Ciência da Informação e da constante busca da Arquivologia por um espaço neste *lócus*, bem como, a opinião de alguns autores sobre critérios que formam barreiras para tal inclusão, passemos agora para a breve descrição das vertentes teóricas presentes na Arquivologia.

A primeira vertente é o método tradicional, muito difundido através dos manuais mais presentes nos currículos das instituições de ensino. Podemos identificar alguns traços dessa corrente de pensamento em Bellotto (2006, p.23 e 24):

O ciclo vital dos documentos administrativos compreende três idades. A primeira é a dos arquivos correntes, nos quais se abrigam documentos durante seu uso funcional, administrativo, jurídico; sua tramitação legal; sua utilização ligada às razões pelas quais foram criados [...]

A segunda fase – a o arquivo intermediário – é aquela em que os papéis já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativa, mas ainda podem ser utilizados pelo produtor [...]. É nessa fase que os documentos são submetidos às tabelas de temporalidade que determinam seus prazos de vigência e de vida, segundo as respectivas tipologia e função [...]. Os que restarem, são os de valor permanente, são os documentos históricos.

Abre-se a terceira idade aos 25 ou 30 anos (segundo a legislação vigente no país, estado ou município), contados a partir da data de produção do documento ou do fim de sua tramitação. A operação denominada “recolhimento” conduz os papéis a um local de preservação definitiva: os arquivos permanentes. A custódia não se restringe a ‘velar’ pelo patrimônio documental. Ultrapassando totalmente o uso primário, iniciam-se os usos científico, social e cultural dos documentos.

Essa vertente sistematiza o ciclo vital dos documentos através da Teoria das Três Idades para que, utilizando o conhecimento arquivístico, seja possível compreender os valores da informação contida nos documentos e intervir com os métodos e práticas arquivísticas, através da gestão documental (agora com novo conceito, diferente do *records management*, que era estritamente administrativo).

Desse modo, Paes (2006, p.53) identifica três faces básicas, “a produção, a utilização e a destinação”, no conceito fixado pela Lei Federal nº 8.159, de 1991: “[...] considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.” Portanto, Paes (2006, p.54) explica atuação do arquivista na face “produção”, da gestão documental.

[...] Nesta fase, o arquivista deve contribuir para que sejam criados apenas documentos essenciais à administração da instituição e evitadas duplicação e emissão de vias desnecessárias; propor consolidação de atos normativos

alterados ou atualizados com certa frequência, visando à perfeita compreensão e interpretação dos textos; sugerir criação ou extinção de modelos e formulários; apresentar estudos sobre adequação e o melhor aproveitamento de recursos reprográficos e informáticos; contribuir para a difusão de normas e informações necessárias ao bom desempenho institucional; opinar sobre escolha de materiais e equipamentos; participar da seleção dos recursos humanos que deverão desempenhar tarefas arquivísticas e afins.

A utilização de documentos, para Paes (2006 p. 54), inclui as atividades de protocolo, expedição, organização e arquivamento de documentos (em fase corrente e intermediária), o controle de acesso à documentação e a recuperação das informações “[...] indispensáveis ao desenvolvimento de funções administrativas, técnicas ou científicas das instituições.” Quanto à fase “destinação”, já na fase de avaliação e destinação dos documentos, para a autora, o arquivista deve analisar e avaliar os documentos acumulados nos arquivos “[...] com vistas a estabelecer seus prazos de guarda, determinando quais serão objeto de guarda permanente e quais deverão ser eliminados por terem perdido seu valor de prova e de informação para a instituição” (PAES, 2006, p.54)

Importante ressaltar que, segundo essa vertente, a organização do arranjo e a descrição documental ocorrem nos arquivos permanentes, esta, constituindo-se na “[...] única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores” (BELLOTTO, 2006, p.179).

Outra vertente a destacar na Arquivologia é a “Arquivística Integrada”, defendida por Rosseau e Couture (1982, 1998), trata-se, segundo Lopes (1998, p.14), da:

[...] corrente de pensamento arquivístico internacional mais desenvolvida do ponto de vista científico e a única onde as sombras da arquivística tradicional conservadora e do *records management* pragmático permanecem menores e sem importância fundamental.

A arquivística integrada propõe tratar a informação desde sua criação até seu destino final, pretendendo contribuir “[...] para a definição de uma profissão capaz de gerar, tratar, e dar acesso às informações, no esforço conjunto das demais ciências e profissões envolvidas com o fenômeno contemporâneo da explosão documental” (LOPES, 1996, p.57). Sendo assim, por essa perspectiva, a arquivística envolve todos “[...] os princípios, normas e técnicas que regem as funções de gestão de arquivos, tais como a criação, a avaliação, a aquisição, a classificação, a descrição, a comunicação e a conservação” (GARCIA E JUNIOR, 2002, p.46).

Rousseau e Couture (1998), ao discutirem os objetivos da Arquivística integrada, defendem que a atuação arquivística deve manter a unidade e a continuidade de seu trabalho durante todas as idades dos documentos. Dessa maneira, tais autores pretendem moldar uma nova perspectiva acerca da Teoria das Três Idades e a respeito dos valores primário e secundário dos documentos. Além disso, essa vertente de pensamento busca, inclusive, ampliar o conceito do termo arquivo, como é notável da explicação de Rousseau e Couture¹⁰ *apud* Garcia e Junior (2002, p.46) ao dar continuidade à apresentação dos objetivos da arquivística integrada: “[...] permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos; integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo”.

No ponto de vista de Lopes (1996, p.58), as novidades propostas por Rousseau e Couture podem ser resumidas da seguinte maneira:

- eleição da informação registrada, com características arquivísticas, como objeto de pesquisa e de trabalho;
- busca de parcerias com a biblioteconomia, ciências da informação, ciências da administração, informática e história, sem que isso signifique qualquer tipo de subordinação;
- ênfase na pesquisa teórica e aplicada nos domínios do trabalho arquivístico, rejeitando-se soluções empiricistas;
- estímulo á formação de quadros profissionais de alto nível capazes de planejar soluções para os problemas arquivísticos.

Nessa tela, a visão da arquivística como uma disciplina integrada apresenta uma ruptura do conhecimento arquivístico com os moldes tradicionais, que estavam inclinados a segregar as conexões existentes no ciclo de vida dos documentos, ou seja, essa corrente de pensamento busca integrar os diferentes enleios das idades dos documentos, no que tange à informação.

Do mesmo modo, sob uma égide renovadora, pode-se falar da corrente de pensamento arquivístico mais recente, a qual Fonseca (2005) considera ter surgido no Canadá, no início de 1990, podendo ser denominada, segundo a autora, como “arquivologia pós-moderna” ou “arquivologia pós-custodial”, considerando Terry Cook (1997) o introdutor dessa abordagem.

Fonseca (2005, p.60-65) sintetiza alguns pontos, na teoria de Cook (1997), que indicam uma mudança de perspectiva em relação à Arquivística, entre os quais cabe realçarmos os seguintes:

¹⁰ ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa, Portugal: Nova Enciclopédia. 1998, p. 70.

- Uma mudança nas razões mesmas pelas quais arquivos devem ser preservados, uma mudança que desloca as razões da preservação dos arquivos de uma justificativa jurídico-administrativa, ancorada em conceitos de Estado, para uma justificativa sociocultural, ancorada em políticas e usos públicos mais amplos.
- [...] os métodos tradicionais de preservação de documentos de arquivo baseados em padrões apropriados de restauração, armazenagem e uso de suportes físicos tornam-se irrelevantes na medida em que os documentos devem migrar seus conteúdos muito antes da deterioração física de seus suportes, o que está promovendo uma importante reformulação dos pressupostos da proveniência, originalidade e funcionalidade dos documentos.
- [...] o foco se transfere dos documentos em si para seu contexto de produção, do artefato físico para os objetivos de sua criação. A teoria arquivística se baseia agora nas metodologias de arranjo e descrição de documentos custodiados em instituições arquivísticas.
- [...] o arquivista deve ser um mediador ativo da ‘formatação da memória coletiva através dos arquivos’. (COOK¹¹ *apud* FONSECA)
- [...] a teoria arquivística não deve ser vista como um conjunto imutável de leis estabelecidas desinteressadamente e guardando verdade para sempre; tampouco é linear, formada a partir de um consenso universal. Ao contrário, é um mistura de diferentes elementos, superpostos e até contraditórios.

Fica evidente nesses pontos destacados a presença de elementos do pensamento pós-moderno, que caminha por um campo mais indagativo e menos concreto, enfatizando a valorização dos diferentes encadeamentos dos fenômenos. O raciocínio pós-moderno procura se afastar do pensamento simplificador, tendo como uma característica a atitude cética em relação às respostas absolutas dos métodos científicos empiristas e racionalistas.

Portanto, a Arquivologia pós-moderna apresenta a forte tendência ao questionamento e possível desconstrução dos princípios, métodos, conceitos e sistemas de conhecimentos arquivísticos elaborados com base no modelo de pensamento prevalecente na modernidade. Tal tipo de pensamento buscará compreender as virtualidades, inclusive, no âmbito da informática, acerca dos documentos e da informação, deflagrando uma mudança de ótica, também, no que tange as concepções de arranjo e descrição (passam a ser ancoradas na utilização, recuperação e inter-conexões das informações produzidas por um organismo); de avaliação (passam a enfatizar as funções sociais presentes nas relações orgânico-administrativas das informações contidas nos documentos); de preservação (agora mais relacionada ao conteúdo da informação, incorporando o meio eletrônico e digital).

Dessa forma, conforme pudemos observar ao longo dessa pequena retrospectiva acerca da moldura do conhecimento arquivístico, o desafio da Arquivologia em acompanhar a

¹¹ COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, v. 43. Spring, 1997, p. 24.

produção do conhecimento humano em sua multiplicidade de registros. Portanto, há um deslocamento de uma lógica reducionista, tecnicista para um sítio mais reflexivo, presente no seio da pretensa Arquivologia pós-custodial. Dentro desse contexto, com base na prospecção efetuada, abordaremos, no subcapítulo que segue, os principais paradigmas da Arquivologia.

4.2 OS PRINCIPAIS PARADIGMAS DA ARQUIVOLOGIA

No tópico anterior vimos que, antes da elaboração do manual dos arquivistas holandeses (1898), a Arquivística encontrava-se numa condição de sujeição às disciplinas de Diplomática e Paleografia, dentro da História. Portanto, foi com a inserção da tese elaborada pelos arquivistas holandeses que a teoria arquivística ganha face de disciplina, ou seja, foram delineados muitos conceitos básicos acerca dos arquivos e abordados métodos para atuação arquivística, como, o uso de normas, por exemplo.

Desse modo, considerando o horizonte de Khun (1998), envolvendo as comunidades científicas e os paradigmas, Thomassen¹² *apud* Fonseca (2005, p.57-59) considera que, desde seu nascimento e no decorrer de sua evolução, a Arquivística não possuía nenhum tipo de caráter científico e atribui ao “manual dos arquivistas holandeses” o papel de “divisor de águas” entre uma fase que pode ser considerada pré-paradigmática e a etapa de adoção do paradigma custodial, pela Arquivística.

No entanto, para Thomassen (1999) tal paradigma (custodial) está em crise, devido às anomalias representadas pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação e, portanto, estamos vivendo o período de transição das ideias tradicionais da arquivologia custodial para uma abordagem pós-moderna, o paradigma pós-custodial.

Nessa perspectiva, Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002, p.210) definem três fases para o processo informacional relativo aos arquivos:

* **Fase Sincrética e Custodial:** ocorre do século XVIII até 1898. Nessa fase há a incorporação maciça da documentação de organismos extintos, a criação de Arquivo Nacional e a elaboração da noção de Fundo (WAILLY, 1841). Nesse período nota-se a presença do arquivista paleógrafo na condição de auxiliar da História. Essa fase sofre influência da Revolução Industrial, das Revoluções políticas e Sociais, do Racionalismo, do Positivismo, do Historicismo e da noção de Estado-Nação;

¹² THOMASSEN, Theo. The development of archival science an its European dimension. In: *Seminar for Anna Christina Ulfsparré*. Stockholm, Swedish National Archives, 1997, p. 7-10.

* **Fase Técnica e Custodial:** ocorre de 1898 até 1980. Nessa fase destacam-se os seguintes elementos: presença dos Arquivos Históricos, dos Arquivos Administrativos, da gestão de documentos, da normalização arquivística e a reformulação da noção de Fundo. Nesse período nota-se uma especialização do profissional arquivista. Essa fase sofre influência da industrialização, da evolução tecnológica e científica e da democracia e totalitarismos.

* **Fase Científica e Pós-Custodial:** ocorre a partir de 1980. Nessa fase os Arquivos são vistos como sistemas de informação, desenvolve-se o conhecimento arquivístico, há a normalização do acesso aos arquivos e à informação. Nesse período o arquivista assume papel como profissional da informação e como emergente cientista da informação. Essa fase foi influenciada pelas consequências da pós-industrialização, pela sociedade da informação e pela globalização da economia.

Nessa tela, Silva (2007, p.9) apresenta características dos dois paradigmas verificados ao longo da história da Arquivística, o custodial e o pós-moderno. No primeiro caso, o autor identifica os seguintes pressupostos: a sobrevalorização da custódia, conservação e restauro do suporte da informação como função básica da atividade de arquivistas; a aproximação do serviço de arquivos da classe erudita (artes, letras e ciência), vista como superior, em contraposição à classe popular (tida como inferior); ênfase da memória como fonte legitimadora do Estado-Nação e da cultura como reforço identitário deste; percepção da importância do conteúdo informacional, mas valorização demasiadamente patrimonial do documento; o entendimento de que o desenvolvimento de Arquivos e Bibliotecas geram a divisão e, respectivamente, a formação de disciplinas científicas.

No segundo caso (pós-custodial), o autor (2007, p.23) apresenta os seguintes pressupostos: entendimento do suporte como um epifenômeno e valorização da informação como fenômeno humano e social; constatação do dinamismo informacional no elo produção-seleção natural-acesso; entendimento do cunho efêmero-permanente do suporte; alargamento consciente do acesso à informação; formulação de modelos teóricos científicos, menos voltados à prática empírica (criação, classificação, ordenação e recuperação), mas que sejam mais eficazes para a compreensão da informação social; aproximação das Ciências Sociais para melhor compreensão do social e do cultural; “substituição da lógica instrumental das expressões ‘gestão de documentos’ e ‘gestão da informação’, pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão” (p.23).

A partir disso, notamos algumas divergências entre as opiniões dos autores, no sentido de que Thomassen entende que foi a partir da publicação do manual dos arquivistas

holandeses (1898) que a Arquivística adquiriu âmbito científico, enquanto Silva, Ribeiro, Ramos e Real, concluem que a característica de cientificidade foi incorporada à Arquivística a partir de 1980, em sua fase pós-custodial. Apesar disso, as opiniões dos autores convergem para o sentido de identificarem duas zonas paradigmáticas: uma custodial e outra pós-custodial, com características próprias.

Importante ressaltarmos que, apesar dos autores terem constatado sinais de cientificidade nas teorias arquivísticas, isso não quer dizer que eles considerem a Arquivologia uma ciência, apenas detectam uma fase da arquivística com particularidades científicas, em relação à metodologia abordada, até por que, em consenso, eles julgam o paradigma pós-custodial como emergente.

Sendo assim, considerando que não é o escopo deste trabalho discutir o caráter científico da Arquivologia, apenas nos posicionaremos concordando que essa área do conhecimento caminha para a sua inserção na dita Ciência da Informação, e, nesse rumo, sugerimos a observação dos seguintes pontos: a adoção de um paradigma, segundo Khun (1998), demonstra a maturidade de um campo de estudo; não há revolução científica se a “ciência normal” fica presa às teorias do paradigma vigente; não será o critério empírico, nem o critério de falseamento popperiano entre as teorias que decidirá se Arquivologia é ou não é uma ciência; sugerimos que sejam examinadas algumas suposições do anarquismo epistemológico de Feyerabend, no que tange ao rompimento das fronteiras que delimitam os territórios do conhecimento científico e a abordagem da linguagem enquanto processo psicossocial de Habermas.

Dessa maneira, conforme o objetivo deste tópico, reconhecemos nas argumentações supracitadas a presença dos paradigmas custodial e pós-custodial, modelos estes que estão relacionados aos traços de suas respectivas épocas. Desta forma, salientamos que um não excluiu o outro, como no critério de falseamento de Popper, mas concordamos com Khun acerca da ideia de que o paradigma posterior supre as deficiências de seu antecessor, possuindo certa incomensurabilidade, mas, segundo a ótica complexa que pretendemos abarcar nesse trabalho, julgamos que deve haver coexistência e complementaridade entre os dois modelos de pensamento e entre as características das épocas em que eles vigoraram.

5 A ARQUIVOLOGIA E O PENSAMENTO COMPLEXO

Conforme procuramos demonstrar no primeiro capítulo, a forma representacional, regida pela tríade (Eu-Outro-Objeto), aliadas à linguagem, à comunicação e à interação entre os indivíduos são essenciais no processo de elaboração e produção do conhecimento.

Procuramos defender também que a estrutura do conhecimento pode ser construída por meio de uma ótica excludente, simplificadora e redutora, que conduz à formação de um sistema de saber fechado, o que, por conseguinte, acarreta em uma visão de mundo unidimensional.

Também, procuramos expor que o conhecimento é flexível e pode existir em mais do que uma forma e coexistir paralelamente a outros saberes, ideia esta que está relacionada ao caráter híbrido do processo de conhecimento, como explica Jovchelovitch (2004, p.21): “[...] o lugar privilegiado do inquérito psicossocial não é nem o indivíduo nem a sociedade, mas precisamente aquela zona nebulosa e híbrida que comporta as relações entre os dois.” Nesse sentido, a respeito da variabilidade do saber, a autora (p. 25) ressalta que: “Há um número infinito de formações sociais que produzem um número infinito de formas diferentes de saber”.

Além disso, verificamos que o conhecimento, uma vez que é socialmente partilhado, enreda-se no importante papel que a ciência desempenha na construção do sistema de saber da sociedade, da explicação para os fenômenos que emergem da vida e entendimento/percepção do “objeto-mundo”. No entanto, a ciência, na busca da construção do “verdadeiro” conhecimento acaba por fragmentar os elementos que compõem um todo. Essa lógica dissociativa, a qual é decorrente do processo natural de organização do pensamento, por vezes, esteve presente na construção dos paradigmas, os quais servem, tendo caráter efêmero, como modelo de pensamento de uma comunidade científica.

Desse modo, a ciência é regida por homens e esses estão inseridos em uma comunidade que, por sua vez participa da sociedade. A sociedade é influenciada pelas correntes de pensamento que vigoram em uma dada época e estão relacionadas com a estrutura e à conjuntura histórica e social de determinado período. Assim como argumentou Bacon (acerca do conhecimento ser influenciado pelas condições histórico-sociais, ao referir-se aos ídolos da tribo, da caverna, do mercado e do teatro), a sociologia volta-se para o processo de elaboração do conhecimento e toma como objeto de estudo tal influência. Nesse sentido, Burke (2003, p.12) expõe que verificar a existência da referida situação de influência, ou determinação, histórico-social do conhecimento não é uma ideia nova, mas a grande

dificuldade é transformar essa constatação em objeto de estudo: [...] passar da intuição para o estudo organizado e sistemático é muitas vezes um movimento difícil, que pode levar séculos para se consumir. Esse foi certamente o caso do que hoje é conhecido como ‘sociologia do conhecimento’”.

Nessa perspectiva, consideramos interessante fazermos uma brevíssima análise acerca das ligações histórico-sociais relacionadas ao conhecimento arquivístico, pois, como observou Burke (2003, p.18): “Quem quer que argumente que o conhecimento é socialmente situado certamente vê-se obrigado a situar-se a si mesmo.” Sendo assim, pode-se dizer que a produção do conhecimento arquivístico é influenciada por pressupostos aflorados das concepções da identidade dos sujeitos. Nessa vista, Hall (2006, p.10) identifica três concepções de identidade dos sujeitos, em relação aos: “sujeito do Iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno.” Tais concepções podem auxiliar na compreensão do contexto de formação do pensamento arquivístico, sendo que o sujeito do Iluminismo, para Hall (2006, p.10, 11):

[...] estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou ‘idêntico’ a ele – ao longo da existência do indivíduo.

O sujeito sociológico, para Hall (2006, p.11) “[...] refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente [...]”. Dessa forma, há um deslocamento do núcleo do sujeito, o “Eu”, para uma abordagem que percebe a existência e a importância de outras pessoas e valores, conforme explica Hall (2006, p.11): “De acordo como essa visão, que se tornou a concepção sociológica clássica da questão, a identidade é formada na ‘interação entre o eu e a sociedade’”.

O processo de reconhecimento do núcleo singular e rígido do sujeito do Iluminismo entra, totalmente, em colapso na identidade do sujeito pós-moderno, tornando-se “[...] mais provisório, variável e problemático” (HALL, 2006, p.12). Dessa maneira, o sujeito pós-moderno não possui uma identidade permanente, mas ela está em constante processo de transformação “[...] em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p.13).

Ora, se pretendemos identificar os pressupostos que estão presentes na constituição do conhecimento arquivístico, temos que considerar, além da condição histórica, os aspectos psicossociais, por exemplo. Os princípios e teorias arquivísticas, no decorrer de seu desenvolvimento, adquiriram característica dos três sujeitos acima citados. Desse modo, o Iluminismo colocou o homem racional no centro do saber científico, como contemplamos na lógica do pensamento cartesiano, presente no modelo custodial da Arquivologia, como, por exemplo, o tecnicismo e organicismo da informação.

O sujeito sociológico proporcionou a crítica à ótica individualista do modelo racional, localizando o indivíduo na interação do meio cultural e social, como percebemos tanto no modelo custodial, como no pós-custodial da Arquivologia, como, por exemplo, na noção de acesso à informação. Por outro lado, o pensamento do sujeito pós-moderno, infimamente, relacionado ao paradigma pós-custodial da Arquivologia descentra de vez o sujeito cartesiano, não aceitando a presença da verdade absoluta, nem a exatidão, nos métodos científicos, como verificamos nas teorias arquivísticas pós-custodiais, como, por exemplo, em Silva (2007, p.23): “[...] substituição da lógica instrumental das expressões ‘gestão de documentos’ e ‘gestão da informação’, pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão”.

Nesse enleio, embora a Arquivologia ainda seja regida pela perspectiva do paradigma custodial, as características do paradigma emergente demonstram uma abertura no sistema de conhecimento desta área de estudo. Mas, para que haja esse acesso em tal sistema de conhecimento, é oportuno que a Arquivologia de continuidade, de maneira reconstrutiva, às bases de seu conhecimento guiando-se pelo caminho do pensamento complexo, tendo em vista uma compreensão multidimensional dos elementos e fenômenos que se relacionam com o objeto de estudo da Arquivologia.

5.1 A COMPLEXIDADE NA ARQUIVOLOGIA

Pode-se afirmar que os pilares que edificaram o sistema de conhecimento da Arquivologia estão passando por um período de reestruturação, evidenciado pela transição do paradigma custodial para o pós-custodial. Tal devir renovador acompanha o percurso das sociedades no decorrer da história da humanidade, que enfrenta, atualmente, o desafio de criar novos estilos de pensamento que se harmonize com o cenário das conjunturas atuais, como, por exemplo: a globalização das atividades e o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação.

Nessa perspectiva, a aproximação ao pensamento complexo pode ajudar a Arquivologia a situar-se, de maneira consciente no que se refere à expressão utilizada por (MORIN, 2000), em “Ciência com Consciência”, nessa nova fase da história, a qual sugere, segundo o pensamento pós-moderno, novos caminhos para, por exemplo, as Ciências Sociais e da Informação, uma vez que nos encontramos na “sociedade da informação e do conhecimento”. Para tanto, a Arquivística deve repensar os moldes simplificadores, redutores de seu saber, influenciados pelo racionalismo. Porém, isso não quer dizer que deve eliminá-los, mas enxergá-los com novas lentes oferecidas por meio de uma reforma no pensamento arquivístico, tomando como inspiração os pressupostos teóricos do paradigma da complexidade.

Nessa perspectiva, cabe entrelaçarmos os princípios do pensamento complexo, os quais, Carvalho (2006) prefere chamar de “operadores”, no sentido de que põe o pensamento em movimento, com os preceitos da teoria arquivística. Sendo assim, o operador dialógico consiste em resgatar a ideia de conjunto entre as diferentes lógicas, sendo elas complementares e/ou antagônicas e não apenas justapostas, como, por exemplo, no caso da compreensão entre o sujeito e o objeto (*ego cogitans e res extensa*), concebida de modo separado pelo racionalismo cartesiano. Então, sob a ótica arquivística, devemos compreender que os documentos de arquivo possuem informações que revelam um “fenômeno humano e social” (SILVA, 2007, p.23). Nesse sentido, é interessante observarmos a argumentação de Aquino (2007, p.16), acerca da inserção do âmbito social na Ciência da Informação:

A informação e o conhecimento são essencialmente criações humanas, e nunca seremos capazes de processá-los ou interpretá-los, se não levarmos em consideração que os sujeitos desempenham nesse cenário um papel fundamental: suas necessidades sociais. Essa visão ajuda-nos a sintetizar a ideia de uma ciência de natureza social, que deve considerar, em seus estudos e pesquisas, o modo como os sujeitos criam, distribuem, compreendem e usam a informação e se esses sujeitos estão incluídos socialmente nessa disseminação da informação para transformá-la em conhecimento.

Nessa tela, conforme o percurso desse trabalho, fica perceptível que, no transcorrer dos tempos, a Arquivística guiou-se e, por vezes, guia-se, por uma lógica institucional, documental e administrativa, ou seja, embora houvesse, desde o surgimento dos primeiros sistemas de registro, a percepção da importância dos documentos de arquivo como armazenadores de memória e vetores de informação, mesmo assim, esse entendimento ficava restrito ao tratamento do suporte produzido por um organismo estritamente institucional.

Do mesmo modo, procurou-se separar os vieses histórico e administrativo da informação, como fica claro nas concepções: dos arquivos vistos como puramente históricos, demonstrado pela propensão em organizar a informação de modo temático sob a influência do “historicismo romântico”; do *records management* (exclusivamente administrativo) e da arquivística tradicional, que separa através da Teoria das Três Idades, os documentos por seus valores primários e secundários. Nesse sentido, o operador dialógico demonstra que a informação arquivística, em detrimento ao organicismo administrativo-institucional e às lógicas segmentadoras, apresenta cunho humano inserido, simultaneamente, em uma perspectiva administrativa, jurídica, histórica, social e cultural.

Dessa maneira, também podemos inferir, conjuntamente, outras ligações que podem ser compreendidas de forma separada na teorização arquivística, como por exemplo: a biblioteca, o arquivo, o museu e a Ciência da Informação; a razão, a prática, a ciência e a arte; a informação e o conhecimento, etc.

A questão não é soldar todas as lógicas e os elementos existentes, mas adquirir consciência de suas interconexões. Nesse sentido, Carvalho (2006) explana que, no decorrer da história humana, aprendemos que somos *loculis*, porque falamos, somos *faber* porque fabricamos e somos *symbolicus*, porque simbolizamos (representações, mitos, teorias, etc.), mas não aprendemos que somos *complexus*, ou seja, somos tudo isso ao mesmo tempo, somos natureza e cultura.

Trouxemos, neste trabalho, a ideia de Morin (2011) acerca de o conhecimento operar por seleção de dados significativos e rejeição de dados não significativos. Nesse sentido, com o pensamento racionalista, a sociedade ocidental potencializou tal característica natural dos indivíduos em relação à organização dos saberes, como procuramos demonstrar por intermédio do estudo de Burke (2003), através das formas representacionais da constituição dos saberes (a árvore e os sistemas do conhecimento). Portanto, fica visível a recorrente conclusão de que a fragmentação e a especialização do conhecimento conduzem a uma melhor compreensão dos fenômenos e objetos de estudo. Porém, conforme já apresentado, segundo Morin (2011) isso nos causa “mais cegueira do que elucidação”.

A Arquivística, entendida como disciplina isolada, acaba permanecendo em um universo com muitas fronteiras. Nessa vista, Carvalho (2006) apresenta uma opinião interessante, acerca do conceito de disciplina: “[...] a disciplina é um ramo do saber voltado para ele mesmo [...]”. Portanto, acreditamos que a Arquivística deve procurar alocar seu campo de estudo em um ambiente interdisciplinar, na medida em que procure interagir com os saberes de outras disciplinas, e transdisciplinar, na medida em que considere, também,

metapontos de vista, os quais apresentam um ângulo analítico sobre os pontos de vista e mais abrangentes do que eles, como, por exemplo, no caso em que uma metanecessidade de busca de informação se constitui para considerar a necessidade de busca da informação como objeto de estudo. Desse modo, a Arquivística estaria rompendo as barreiras do saber e permitindo-se a “aventura do conhecimento” (MORIN, 2000).

O segundo operador é o da recursão organizacional, ou da recursividade, onde “os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores do que os produz” (MORIN, 2000, p.74). A ideia desse princípio vai de encontro à ótica reducionista acerca dos processos organizacionais, em que o primeiro determinante produz o segundo, e assim por diante, linearmente. Portanto, esse segundo princípio, demonstra que há um “círculo recursivo” entre os processos, em que a causa produz o efeito, assim como o efeito produz a causa.

A teoria arquivística ao estudar o fenômeno informacional, procura estruturar a informação (na classificação e no arranjo), recuperando o contexto de criação dos documentos. Nesse ensejo, vejamos a argumentação de Gonçalves (1998, p.20) sobre a classificação de documentos:

Na história das sociedades, as etapas da existência de pessoas e entidades - nascimento/criação e implantação, crescimento/desenvolvimento, morte/desativação - foram e são, costumeiramente, objeto de registro, nos mais variados suportes. Tais registros, intimamente relacionados às diversas atividades exercidas, ao longo do tempo, por pessoas e entidades - ou, mais precisamente, por pessoas físicas ou jurídicas - dão origem a arquivos. O documento de arquivo é, assim, o documento que um determinado organismo - seja ele pessoa física ou jurídica - produz no exercício de suas funções e atividades (“produção” que pode significar tanto a elaboração do documento pelo próprio organismo, como a recepção e guarda). Conseqüentemente, compreender o contexto de produção de um documento de arquivo exige conhecer a história do organismo produtor, abordando-a, principalmente, na perspectiva das funções e atividades por ele desenvolvidas - na perspectiva da estrutura e funcionamento do organismo produtor.

Sendo assim, depreendemos que na relação produção-informação-uso destacam-se, no mínimo, quatro determinantes: a sociedade, o produtor dos documentos (pessoa física ou jurídica), a informação e o conhecimento. Então, pelo princípio da recursividade, a sociedade é a produtora de um processo de conhecimento que é anterior a ela. Mas, uma vez que a sociedade é produto ela acaba por se tornar criadora de um processo contínuo e ambivalente de conhecimento. Dessa forma, o processo conhecimento pela informação é produzido pela sociedade, mas o conhecimento uma vez produzido retroage sobre a sociedade e a produz. Se

não houvesse a interação entre indivíduos, a informação e o processo de conhecimento não haveria sociedade. Assim, a sociedade gera o conhecimento que a produz, portanto, ela é, simultaneamente, produto e produtora.

Nessa perspectiva circular, considerando-se que a informação e o conhecimento produzidos pela sociedade retroagem sobre a própria sociedade para produzi-la, a Arquivologia poderia questionar o seguinte: como potencializar o acesso à informação contida nos documentos de arquivo para produzir a sociedade? Ou, como participar do processo pedagógico das escolas para formar alunos mais reflexivos (enquanto *ego cogitans*), vez que eles também são a sociedade?

A Arquivologia, no intuito de compreender o processo informacional, deve afastar-se do “organicismo” o qual se dedicaria a descobrir, na linguagem moriniana, analogias entre os fenômenos (MORIN, 2011, p.28), enquanto deveria se dedicar, ao “organizacionismo”: encontrar “[...] os princípios comuns organizacionais, os princípios de evolução destes princípios, os caracteres de sua diversificação” (MORIN, 2011, p.28). Tal opinião está presente, conforme demonstrado antes, na proposta da Arquivologia pós-custodial, como destaca Fonseca (2005, p.60), acerca de um deslocamento das “razões da preservação dos arquivos de uma justificativa jurídico-administrativa, ancorada em conceitos de Estado, para uma justificativa sociocultural, ancorada em políticas e usos públicos mais amplos”.

O terceiro operador é o hologramático, o qual apresenta a ideia da totalidade, porém, de modo diferente da ótica simplificadora, onde a soma dos elementos configura a generalidade. Para a complexidade a soma dos elementos pode ser igual, maior ou menor do que a soma das partes, bem como cada parte pode ser vista no todo, assim como o todo pode ser visto em cada parte. Nesse caso, podemos tomar como exemplo, a fórmula de Brookes (1980):

$$k(S) + \partial K = K(S + \partial S)$$

$$\uparrow$$

$$\partial I$$

Essa representação diz o seguinte: k é o conhecimento pré-existente, ∂K é a ancoragem de novos conhecimentos, ∂I é a informação adicionada e K é o conhecimento adquirido. Tal fórmula é explicada e criticada por Malheiro (2005, p.67):

[...] exprime a passagem de um estado de conhecimento k (S) para um novo estado de conhecimento K ($S+\Delta S$) através de um acréscimo de conhecimento ΔK extraído de um incremento de informação ΔI , indicando ΔS o efeito dessa modificação no estado inicial de conhecimento.

Nesta fórmula, e na respectiva explicação verbalizada, emerge uma concepção empírica e evolucionista de conhecimento, estado e conhecimento e informação, aceite sem dificuldade, nem contestação por diversos autores [...]

A questão é que o trabalho arquivístico não se resume a uma regra com elementos gradativos, onde o uno (a informação arquivística) está separado, individualizado, e causa o múltiplo (o conhecimento da sociedade). Desse modo, a observação do princípio hologramático permite inferir que “[...] você vai juntar o Uno e o Múltiplo, você vai uní-los, mas o Uno não se dissolverá no Múltiplo e o Múltiplo fará ainda assim parte do Uno” (MORIN, 2011, p.77). Ou seja, segundo a lógica desse operador, tanto o conhecimento da sociedade está na informação arquivística, quanto a informação arquivística está no conhecimento da sociedade.

Levando-se em conta a ideia de Morin (2011) que a causa do erro na formação de um sistema de ideias está no modo de organização de nosso saber, acreditamos que a Arquivologia pode amadurecer seu espírito através de uma reforma na organização de seu conhecimento, e que o pensamento complexo pode apresentar uma nova maneira de conceber esse problema. Desse modo, consideramos pertinente a opinião de Silva, Ribeiro, Ramos e Real (2002, p.214):

[...] temos de encarar a Arquivística como a ciência que estuda a dimensão sistêmica do arquivo. Quer isto dizer que o arquivo não pode mais ser pensado como entidade dual ou como a mera ligação extrínseca de duas coisas distintas – a estrutura orgânica e a função serviço/uso. Estamos, afinal perante factores básicos e indissociáveis, através dos quais o arquivo emerge, sistêmico, do fenómeno da informação e pode dizer-se que ele mergulha fundas raízes na própria ação humana centrada na sociedade geradora aí da fenomenalidade informacional [...].

No entanto, acreditamos que as bases que conduzem a uma visão sistêmica de arquivo devem estar ligadas as bases do pensamento complexo, pois cremos que, com isso, poder-se-á mudar a visão de mundo dos arquivistas, ampliando as bases teóricas da Arquivologia. Nesse sentido, para Carvalho (2006), o “tetragrama organizacional”, cujo é composto pela “ordem (regularidade), desordem (desavença, emergência), interação (não previstas) e reorganização (para onde o sistema vai)”, aliadas aos três operadores, tudo simultaneamente, constitui as bases do pensamento complexo.

O pensamento simplificador traz a intenção de eliminar o erro e a incerteza, como, por exemplo, no caso do neopositivismo de Carnap, o qual não via cientificidade nas ciências humanas porque elas não executavam testes empíricos e, por sua vez, os teste empíricos é que demonstrariam a certeza. Desse modo, poderíamos considerar tal sistema de ideias que busca conceitos últimos como um sistema de conhecimento fechado. Porém, Khun (1998) demonstrou que as revoluções científicas acontecem a partir da ruptura do sistema fechado de ideias da ciência normal. Nessa perspectiva, Morin (2011, p.47) defende que esta visão evolutiva (por paradigmas) trata-se de “[...] superação de um sistema e constituição de um metassistema, por sua vez ele próprio superável [...]”. Sendo assim, Morin (2011, p.47) observa que na ideia de Khun há um conceito importante e que se relaciona com o pensamento complexo é o conceito de “auto-organização”.

Desse modo, sob o ângulo do “tetragrama organizacional” as teorias que compõem um paradigma passam pelas seguintes etapas: uma ordem teórica e conceitual; depois se deparam com anomalias que as fazem romper com essa ordem; então há uma interação com outros conceitos e teorias e, por fim, ocorre uma reorganização, que define a adoção de um novo paradigma. Nesse sentido, percebemos que o padrão de organização dos paradigmas é a auto-organização, onde deve estar presente a noção de flexibilidade através de aberturas sistêmicas, como explica Morin (2011, p.47):

[...] longe de tentar uma unificação rígida, podemos garantir uma conexão flexível, mas indispensável, entre abertura sistêmica e brecha gödeliana, incerteza empírica e indecidibilidade teórica, abertura física/termodinâmica e abertura epistêmica/teórica.

Nesse horizonte, acreditamos que a Arquivologia não deve estruturar o seu conhecimento sob uma base rígida, buscando capturar a “verdade” e a “certeza” em seu arcabouço teórico fechado. Importante, portanto, compreender o caráter fluídico dos paradigmas, de modo que se perceba que o sistema de conhecimento da Arquivística deve estar pautado pela concepção de uma ótica aberta, multidimensional, complementar e, portanto, embasada na complexidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade da reflexão epistemológica da produção do conhecimento na Arquivologia coloca novas proposições e abre possibilidades de fugir de perspectivas redutoras que aprisionam os meios de inovação do conhecimento neste campo de estudo, o qual exige novos delineamentos para pensar a área. Isso está aliado à necessidade de reflexão e questionamentos das bases teóricas no qual está assentado o conhecimento arquivístico e a incorporação de elementos intersubjetivos que compõem a construção do conhecimento.

A racionalidade humana tende à racionalização dos fenômenos na busca da certeza e da verdade, moldando visões de mundo que inibem a viabilidade do conhecimento. Nesse sentido, a ciência desempenha um importante papel na construção do sistema de saber da sociedade. Porém a busca da legitimação da verdade científica por meio de uma atividade metódica e racionalizada acaba por demarcar as fronteiras que definem os limites do conhecimento científico, o qual tende a reduzir, simplificar e dissociar a identidade complexa dos fenômenos estudados, participando ativamente na construção do paradigma simplificador.

No transcorrer de seu desenvolvimento o domínio da Arquivologia foi rotulado como uma atividade estritamente técnica, longe de ser considerada, por muitos autores, uma área que possui um viés abstrativo atuante para o entendimento dos fenômenos, da natureza, do homem e de seu conhecimento, os quais estão compreendidos no conhecimento científico. Mas, considerando que a face da Arquivologia está relacionada ao fenômeno informacional (o qual decorre da complexidade da existência humana, e que o conhecimento é polivalente e possui em seu arcabouço âmbito ontológico, epistemológico, psicológico, social, cultural e histórico, por exemplo), há que se resgatar a sua identidade complexa e ampliar sua percepção do “objeto-mundo”.

O autoentendimento da Arquivologia em um contexto ecossistêmico e plural, primando por uma pensar reflexivo, em contraposição ao organicismo administrativo-institucional e às lógicas segmentadoras, que não permitem a inferência do cunho humano da informação arquivística inserido, simultaneamente, em uma perspectiva administrativa, jurídica, histórica, social e cultural, não ocorrerá da noite para o dia. Acreditamos que essa readequação do sistema de ideias da Arquivologia deve iniciar pelo ajuste de percepção acerca de nossas multiplicidades, enquanto “*homo complexus*” (MORIN, 2003).

Nessa tela, a ideia de Jovchelovitch (2004), ao perceber que o centro de convergência do estudo da psicologia social não é o elemento singular - ou o “indivíduo” ou a “sociedade” - mas o local intermediário que os conecta (a zona do “entre”), pode contribuir para que haja

uma revisão do enfoque do estudo da Arquivologia. Nessa vista, entendemos que os elementos que constituem os objetos de estudo da Arquivologia (instituição, informação, conhecimento, indivíduos, sociedade) devam ser vistos como interligados, aproximando-se da ideia do organizacionismo de Morin (2011). Assim, deslocando o sentido das observações que enfatizam os elementos, para o espaço de conectividade entre eles, torna-se mais fácil compreender a complexidade da teia que configura suas inter-relações.

Nesse sentido, por exemplo, ao refletirmos sobre a produção do conhecimento pela informação arquivística, podemos, em vez de focar nas definições de informação e conhecimento, procurar visualizar o espaço compreendido entre esses elementos. Dessa maneira, acreditamos que seja possível compreender a informação não como um mero conjunto de símbolos ou signos e o conhecimento não como produto de um processo que utiliza a “substância” informação como matéria prima concreta para formulá-lo. Mas, por outro lado, poder-se-ia compreender o caráter plástico da informação como um veículo que tanto produz como é produzida pelo conhecimento.

A presença da incerteza nas teorias e paradigmas da Arquivologia é de grande valia para o desenvolvimento de seu *corpus* teórico. Nesse sentido, consideramos muito importante a existência de dúvidas e lacunas em sua rede de conceitos, pois elas são fundamentais para o progresso de suas ideias. Tal noção deve ser absorvida pela Arquivologia de modo que não haja a propensão em solidificar suas bases teóricas, de modo fechado, mas em maleabilizar os pilares de seu sistema de conhecimento (mantendo as respectivas aberturas), de maneira que essa área esteja pronta para conviver com o novo e com a incerteza.

O abandono da rigidez de conceitos pelo sujeito pós-moderno traz consigo o senso acerca da degradabilidade dos paradigmas, que não são mais concebidos por uma ótica linear, em que a melhoria contínua de um paradigma o conduz ao progresso. Por outro lado, o padrão de evolução do conhecimento na contemporaneidade tem sido concebido pela ascensão de um paradigma, vigência temporária e queda. Desse modo, na medida em que assistimos o declínio de um paradigma, presenciemos, concomitantemente, a ascensão de outro.

Nesse sentido, Khun (1998) demonstrou que as revoluções científicas dificilmente ocorrem pelo estudo incessante dentro das teorias e pressupostos da “ciência normal”. Segundo tal autor, para que fosse possível acontecer as grandes revoluções científicas foi preciso o afastamento do referido “encapsulamento” teórico. Portanto, se, por um lado, a adoção de paradigmas indica um maior grau de maturidade na Arquivologia, por outro lado, acreditamos que esse campo de estudo, enquanto disciplina que olha apenas para si mesma, só encontrará respostas limitadas pela sua própria razão.

As mais diversas formas de categorização presentes nas correntes de raciocínio arquivístico explicitadas nesse trabalho (visão historicista, *records management* e arquivística tradicional, por exemplo), bem como a classificação da informação, não devem ficar coibidas a uma classificação lógica do mundo, alocada no conhecimento arquivístico. Ao contrário, assim como a intenção que tivemos neste trabalho, é preciso que haja transversalidade por meio da construção de metapontos de vista sobre a informação e sobre o conhecimento arquivístico. Isso implica em manter padrões de comunicação inter e transdisciplinares horizontais, que possam constituir contextos intersubjetivos embasados pela simetria e transmissão polidirecional do saber. Nessa perspectiva, acreditamos que a constância de tais padrões de comunicação no sistema de conhecimento arquivístico possibilitarão, aliados ao pensamento complexo, a sua abertura.

Estudar o conhecimento implica em reconhecer a seu caráter fluídico, sua variabilidade e sua ambivalência. Isso demanda o discernimento de que as relações socioculturais embasam a constituição do saber por meio do sistema representacional. Nesse sentido, o pensamento complexo tanto pode ajudar a entender as interconexões da forma representacional como encadeá-la ao saber arquivístico, considerando-se que o âmbito “híbrido” do conhecimento (JOVCHELOVITCH, 2004) evidencia sua pluralidade, complementaridade e multidimensionalidade. Portanto, o conhecimento da Arquivologia, vez que possui relação dialógica, recursiva e hologramática com a sociedade, deve estar ciente da possibilidade de coexistência de inúmeras formas de saber em seu universo teórico.

Contudo, poderia surgir a opinião de que a ideia da complexidade pode deturpar o espírito arquivístico. Afinal de contas, se tudo se complementa, está relacionado e faz parte um do outro, então todo tipo de informação é arquivística, todas as disciplinas são ciências e todas as teorias são incertas. Sendo assim, sublinhamos que a questão não é acreditar que unindo todos os elementos algo se tornará complexo, mas ter a faculdade de discernir que a complexidade pode existir sem perder sua singularidade. Nessa perspectiva, é importante que os operadores do pensamento complexo estejam presentes nesse delineamento, não para afirmar a existência da complexidade em detrimento da simplicidade, mas para que, justamente ao contrário, se possa conviver com a simplicidade tendo consciência da existência do complexo.

Reformar o sistema de pensamento da Arquivologia significa ampliar a visão de mundo desta área, resgatando sua identidade complexa. Essa perspectiva pode assistir o conhecimento arquivístico a enfrentar os desafios decorrentes das transformações sociais que emergem de uma cultura digital, por exemplo, onde a informação arquivística deve ser vista

sobre dimensão sistêmica e, acima de tudo, complexa. Acreditamos que é por esse caminho a Arquivologia poderá evoluir sem perder de vista a sua responsabilidade social.

Por fim, o cerne desse trabalho não foi indicar os locais onde é possível encontrar a complexidade na Arquivologia, mas refletir acerca do pensamento complexo e sua relação com o conhecimento da Arquivologia, visando não encerrar um conceito ou agregar mais um pressuposto ao conjunto de teorias existentes, mas, considerando a perspectiva baconiana, porém, de modo complementar e não excludente, enxergar além dos ídolos da tribo, da caverna, do mercado e do teatro e auxiliar e instigar esse campo de estudo e a comunidade arquivística (incluindo-nos nesta) a continuar buscando as suas próprias respostas.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Miriam de Albuquerque. **A Ciência da Informação: novos rumos sociais para um pensar reconstrutivo no mundo contemporâneo.** Ci. Inf. [online]. 2007, vol. 36, n° 3. ISSN 0100-1965. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652007000300002>>. Acesso em: 15 set. 2012.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Curso de Teoria do Conhecimento e Epistemologia.** Barueri, SP: Minha Editora, 2012.

BAPTISTA, Maria Manuel. **Estereotipia e Representação Social: uma abordagem psicossociológica.** Coimbra: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 1996 (Trabalho de Conclusão de Curso – Psicologia).

BARROS, Dirlene Santos Barros; Neves, Dulce Amélia de Brito Neves. **Estudo de Usuários no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM): analisando as estratégias metacognitivas no processo de busca de informação.** Paraíba: UFPB, 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental.** 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **Diplomática e Tipologia Documental em Arquivos.** Segunda edição revista e ampliada. Brasília, Briquet de Lemos/Livros, 2008.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento: de Gutengerg a Diderot.** Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BURNS, Edward Mcnall. **História da Civilização Ocidental: do homem da caverna até a bomba atômica.** Tradução de Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro. 3. ed. 5° impressão. Porto Alegre: Globo, 1975.

CARVALHO, Edgard de Assis. **Série “Grandes Educadores” – Edgar Morin.** Site Youtube. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=sonyeGOKUQk>>. Acesso em 17 nov. 2012.

DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro, 2005. Site do Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em 17 nov. 2012.

FERRARI, Marcio. **EDGAR MORIN: O Arquiteto da Complexidade.** Site Nova Escola. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/arquiteto-complexidade-423130.shtml?page=3>>. Acesso em 17 nov. 2012.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação.** Reimpressão. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GARCIA, Olga Maria Correa; JUNIOR, Victor Francisco Schuch. **A Aplicação da Arquivística Integrada, considerando os descobrimentos do Processo a partir da Classificação.** Site Scribd. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/45113712/Arquivisticaintegrada>>. Acesso em 17 nov. 2012.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

GONÇALVES, Janice. **Como Fazer 2: como classificar e ordenar documentos de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JOCHELOVITCH, Sandra. **Os Contextos do Saber: representações, comunidade e cultura.** Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. Psicologia Social, Saber, Comunidade e Cultura. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, vol. 16, nº 2, 2004. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822004000200004>>. Acesso em 17 nov. 2012.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** Site Scribd. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/89954356/A-estrutura-das-revolucoes-cientificas-Thomas-S-Kuhn>>. Acesso em 17 nov. 2012.

LOPES, Luis Carlos. **A Imagem e a Sombra da Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

_____. **A Informação e os Arquivos: teorias e práticas.** Rio de Janeiro: UFSCar, 1996.

LOVISOLO, Elena (editora executiva). **Larousse Cultural: dicionário da língua portuguesa.** São Paulo: Nova Cultural, 1993.

MARIOTTI, Humberto. **Os Cinco Saberes do Pensamento Complexo: pontos de encontro entre as obras de Edgar Morin, Fernando Pessoa e outros escritores.** São Paulo: 2002. Site Comitê paulista para a década da cultura de Paz (Programa da UNESCO). Disponível em: http://www.comitepaz.org.br/Mariotti1_1.htm. Acesso em 25 nov. 2012.

_____. **A Complexidade e o Pensamento Complexo: texto introdutório.** São Paulo: 2000. Site Geocities. Disponível em: <http://www.geocities.com/pluriversu/introduct.html>. Acesso em 25 nov. 2012.

MARTINS, Wilson. **A Palavra Escrita.** São Paulo: Ática, 1996.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo.** 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **O Método 5: a humanidade da humanidade – a identidade humana.** 2. ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2003.

_____. **O Método: Ética.** Porto Alegre: Sulina, 2005. Capítulo I: Ciência, ética e sociedade, p.69 – 79.

_____. **O Método: Ética.** Porto Alegre: Sulina, 2005. Capítulo IV: A ética do pensamento, p.60 – 66.

_____; MOIGNE, Jean-Luis Le. **A Inteligência da Complexidade.** 2. ed. São Paulo: Peirópolis, 2000. (Série nova consciência)

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social.** 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MOTTA, Ronaldo; FLORES, Renato Zamora; SEPEL, Lenira; LORETO, Élgion. **Método Científico & Fronteiras do Conhecimento.** Santa Maria: Cisma, 2003.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática.** 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). **Fontes Históricas.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís; RIBEIRO, Fernanda; SILVA, Armando Malheiro da. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação.** 2.ed. Volume 1. Porto Alegre: Edições de Afrontamento, 2002.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SILVA, Armando Malheiro da. **A Informação: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico.** Porto, 2005.

_____. **Do Pergaminho ao Digital: os arquivos e o acesso global à informação.** Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Porto, 2007 (Artigo Científico).

VELASCO, Marina. **Ética do discurso: Apel ou Habermas?** Rio de Janeiro, FAPERJ: Mauad, 2001.